

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**PROJETOS ESPORTIVOS SOCIAIS E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES**  
**PARA INCLUSÃO SOCIAL E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA**

**CAIO CESAR PORTUGAL**

**VILA VELHA**  
**FEVEREIRO/ 2022**

**UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**PROJETOS ESPORTIVOS SOCIAIS E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES**  
**PARA A INCLUSÃO SOCIAL E REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

PROF. orientador: Dr. Pablo Silva Lira

**CAIO CESAR PORTUGAL**

**VILA VELHA**  
**FEVEREIRO/ 2022**

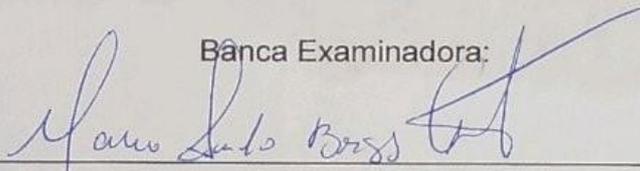
CAIO CESAR PORTUGAL

PROJETOS ESPORTIVOS SOCIAIS E AS SUAS  
CONTRIBUIÇÕES PARA A INCLUSÃO SOCIAL E REDUÇÃO DA  
VIOLÊNCIA

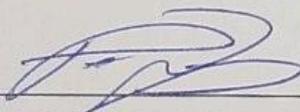
Dissertação apresentada à  
Universidade Vila Velha, como  
requisito do Programa de Mestrado  
em Segurança Pública, para a  
obtenção do grau de Mestre em  
Segurança Pública.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2022

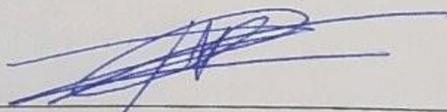
Banca Examinadora:



**Prof. Dr. Marco Aurelio Borges Costa - UVV**



**Prof. Dr. Pablo Medeiros Jabor - APM**



**Prof. Dr. Pablo Silva Lira – UVV**

Orientador

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

P839p Portugal, Caio Cesar.  
Projetos esportivos sociais e suas contribuições para  
inclusão social e redução a violência / Caio Cesar Portugal  
. – 2022.  
70 f. : il.

Orientador: Pablo Lira Silva  
Dissertação (mestrado em Segurança Pública) -  
Universidade Vila Velha, 2022.  
Inclui bibliografias.

1. Segurança pública. 2. Políticas públicas. 3. Esportes.  
4. Integração social. I. Silva, Pablo Lira. II. Universidade  
Vila Velha. III. Título.

CDD 363.3

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiro a Deus, que em sua infinita graça e misericórdia tem me sustentado até aqui.

Agradeço aos meus pais, que com todo o sacrifício e limitações, me deram educação e auxiliaram no processo de formação do meu caráter.

In memoriam ao meu pai, que sei que estaria mais feliz do que todos os outros com a minha conquista. Sempre será por você.

Agradeço a Luciana, minha esposa, que com toda paciência e amor, tem estado ao meu lado, chorando nos momentos difíceis e sorrindo nos momentos de conquistas. Essa vitória também é sua.

A minha amada filha que ainda não tem idade para entender esse momento, mas que com os seus sorrisos e abraços me fazem querer ir mais longe.

Agradeço aos meus irmãos, que torcem pelo meu sucesso e que comemoram as minhas vitórias.

Aos meus pais na fé Pastor Scharlles Silva e Pastora Aracy Rosa. Obrigado pelas orações, e por se colocarem presentes em minha vida.

Obrigado Alexandre Castiglione, pela amizade, pelo companheirismo e cuidado que tem com a minha família.

Agradeço ao professor Murilo Nazário que tem facilitado bastante minha caminhada acadêmica, obrigado pelas orientações amizade.

Ao professor Danilo Santiago que me incentivou a iniciar o mestrado e por mostrar que seria possível.

Ao Pablo Lira, que aceitou me orientar, tornando possível a finalização desse projeto.

Ao coordenador Marcello Nunes, pela oportunidade dada de fazer parte da preceptoria do curso de educação física.

Aos professores do curso de educação física – UVV, que me proporcionam conhecimentos todos os dias.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2. Organização do Estudo.....</b>	<b>15</b>
<b>2. PESQUISA CONTROLADA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E COMBATE À VIOLÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ÁREAS DE RISCOS OU SITUAÇÕES VULNERÁVEIS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1. PESQUISA CONTROLADA EM PERIÓDICOS .....</b>	<b>22</b>
<b>3. ANÁLISE DO ARCABOUÇO LEGAL .....</b>	<b>33</b>
<b>4. POLITICAS PÚBLICAS ESPORTIVA NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, UM ESTUDO DE CASO NO ÂMBITO DO PROGRAMA ESTADO PRESENTE EM DEFESA DA VIDA .....</b>	<b>40</b>
<b>4.1. PROGRAMA ESTADO PRESENTE – EM DEFESA DA VIDA.....</b>	<b>42</b>
<b>4.2. NETNOGRAFIA SOBRE OS PROJETOS DE EIXO SOCIAL DESENVOLVIDOS PELO PROGRAMA ESTADO PRESENTE EM DEFESA DA VIDA.....</b>	<b>47</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>6. REFERENCIAS .....</b>	<b>58</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>65</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista do podcast Esporte socialcast, a visão do coordenador / responsável por gerir um projeto social esportivo.</b>	
<b>    Episódio 1.</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevista do podcast Esporte socialcast, a visão do aluno participante de projeto social esportivo.</b>	
<b>    Episódio 2</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICE C – Roteiro de entrevista do podcast Esporte socialcast, a visão do pesquisador sobre pesquisas na área de projeto social esportivo.</b>	
<b>    Episódio 3.</b>	<b>68</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> Nuvem de palavras sobre as leis de esportes no Brasil.....	33
<b>Figura 2</b> Classificação hierárquica descendente do livro Série sobre as leis de esportes no Brasil.....	37
<b>Figura 3</b> Análise de correspondência sobre as leis do esporte. ....	39
<b>Figura 4</b> Crimes Letais no Espírito Santo 2001 a 2011. N° de casos e taxa por 100 mil habitantes.....	42
<b>Figura 5</b> Contas criadas para ingresso nas plataformas das redes sociais.....	48
<b>Figura 6</b> Exemplos de parte dos resultados de buscas gerados pelos descritores. .	49
<b>Figura 7</b> Exemplo de resultado encontrado na plataforma convertido em PDF.....	49
<b>Figura 8</b> Nuvem de palavras a partir da #campeoesdefuturo.....	50
<b>Figura 9</b> Nuvem de palavras a partir da #esportepelapaz .....	52
<b>Figura 10</b> Imagem do instituto Maylla Venturin, parceira no Programa EPP.....	53
<b>Figura 11</b> Nuvem de palavras a partir da #pracasaudavel e #praçasaudavel .....	53
<b>Figura 12</b> Nuvem de palavras a partir da #campobomdebola .....	54

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> Estudos que colocam em evidência a inclusão social e combate à violência por meio de projetos sociais esportivos. ....	23
<b>Tabela 2</b> Modalidades Esportivas Ofertadas em 2021. ....	51

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> Artigos que discorrem sobre projetos sociais esportivos e suas periodicidades .....	25
<b>Gráfico 2</b> Maior recorrência autoral e/ou colaborativa dos artigos analisados .....	26
<b>Gráfico 3</b> Principais revistas que tem sustentados as discussões no campo dos projetos sociais esportivos como meio de inclusão e combate à violência .....	27
<b>Gráfico 4</b> Tipos de Artigos no campo dos projetos sociais esportivos como meio de inclusão e combate à violência.....	28
<b>Gráfico 5</b> Instrumentos de coletas de dados empregados nos artigos que discutem sobre projetos sociais esportivos e suas contribuições.....	29
<b>Gráfico 6</b> Resultados encontrados pelas pesquisas analisadas.....	30

## LISTA DE ABREVIACÕES

CAPES – Coordenação e Aperfeiçoamento  
CND – Conselho Nacional de Desporto  
ECRIAD – Estatuto da Criança e do Adolescente  
ES – Espirito Santo  
IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves  
IPEA – Instituto de Pesquisa e Tecnologia Aplicada  
IRPF – Imposto de Renda Sobre Pessoa Física  
ME – Ministério da Educação  
MEC – Ministério da Educação  
OMS – Organização das Nações Unidas  
PCBB – Projeto Campo Bom de Bola  
PELC – Projeto Esporte e Lazer da Cidade  
PEPP – Projeto Esporte pela Paz  
PIS – Projeto de Inclusão Social  
PME – Projeto Mais Educação  
PNED – Política Nacional de Educação Física e Desporto  
PSE – Projetos Sociais Esportivos  
PST – Projeto Segundo Tempo  
RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória  
SEAE – Secretaria de ações Estratégicas  
SEDH – Secretaria de Estado de Direitos Humanos  
SESP - Secretaria de Estado Segurança Pública  
SESPORT – Secretaria de Estado Esporte e Lazer

## Resumo

PORTUGAL, Caio Cesar. MSC. Universidade Vila Velha – ES. Fevereiro de 2022.

**Projetos Esportivos Sociais e as Suas Contribuições Para a Inclusão Social e Redução da Violência.** Orientador Pablo Silva Lira.

O esporte se constitui como um fenômeno sociocultural polissêmico, pelo qual são atribuídos diferentes usos, objetivos e finalidades. Assim, um dos propósitos e significados atribuídos ao esporte refere-se à inclusão social de crianças e adolescentes, principalmente em situação de vulnerabilidade social, a partir de Projetos Sociais Esportivos (PSE). Desse modo, os caminhos metodológicos desta dissertação foram construídos de forma plurimetodológica. Portanto, optou-se por estruturar cada capítulo com metodologias variadas, mas com um único objetivo e questão, que dialogassem entre si e o objeto de pesquisa em questão, o esporte oferecido em projetos sociais. Sendo assim, este estudo está organizado em torno da seguinte questão problema: Quais as contribuições dos PSE para a inclusão social e o redução à violência entre crianças e adolescentes em áreas de risco ou vulnerabilidade? Tem por objetivo discutir e analisar os impactos no que tange as representações de socialização que permeiam as finalidades do esporte ofertado em PSE. Assim é possível concluir que os PSE, tem se constituído como significativos meios para se propor saídas para os problemas sociais que afetam crianças e adolescentes de áreas vulneráveis e tem se mostrado como ponte de inclusão social, já que traz consigo alguns valores como: solidariedade, cooperação, disciplina e coletivismo, tolerância, respeito e amizade.

**Palavras chaves:** estado presente, políticas públicas, esporte.

## **ABSTRACT**

PORTUGAL, Caio Cesar. MSC. University Vila Velha – ES. February 2022.

**Social Sports Projects and Their Contributions to Social Inclusion and Violence Reduction.** Advisor: Pablo Silva Lira.

Sport is constituted as a polysemic sociocultural phenomenon, by which different uses, objectives and purposes are attributed. Thus, one of the purposes and meanings attributed to sport refers to the social inclusion of children and adolescents, especially in situations of social vulnerability, based on sporting social projects (PSE). Thus, the methodological paths of this dissertation were constructed in a plurimethodological way. Therefore, it was decided to structure each chapter with different methodologies, but with a single objective and question, which would dialogue between themselves and the research object in question, the sport offered in social projects. Therefore, this study is organized around the following problem question: What are the contributions of the PSE to social inclusion and combating violence among children and adolescents in areas of risk or vulnerability? It aims to discuss and analyze the impacts regarding the representations of socialization that permeate the purposes of the sport offered in PSE. Thus, it is possible to conclude that the PSE have been constituted as significant means to propose solutions to social problems that affect children and adolescents in vulnerable areas and have shown themselves to be a bridge to social inclusion, as they bring with them some values such as: solidarity, cooperation, discipline and collectivism, tolerance, respect and friendship.

**Keywords:** present state, public policies, sport.

## 1. INTRODUÇÃO

O esporte constitui-se como um fenômeno sociocultural polissêmico e secular, com isso são atribuídos diferentes usos, objetivos e finalidades (BARBIRATO, 2010). Para Helal (1990), este fenômeno nos é apresentado desde a infância, como, idioma ou religião e que para uma melhor compreensão, pode ser analisado como um elemento socialmente constituído, capaz de influenciar nossos hábitos e costumes. Bento (2007), apresenta conceito do *Homus Sportivus*, no qual o homem se constitui, pensa e age adotando o esporte como referência.

Para Stigger (2002), o esporte é um universo amplo com várias formas de manifestações, portanto inviável pensá-lo de maneira singular, podendo ser expresso de acordo com o sentido que lhe é conferido.

Assim, uma das finalidades e sentidos atribuídos ao esporte refere-se a inclusão social de crianças e adolescentes, principalmente em situação de vulnerabilidade social, a partir de projetos sociais esportivos<sup>1</sup>.

Com isso, autores como Zaluar (1994), Barbirato (2005), Melo (2007) e Thomassim (2010), tem destacado o crescimento do número de PSE com finalidade principal de acolher crianças e adolescentes vistos como vulneráveis à pobreza, violência e exclusão social.

O termo vulnerabilidade social tem sido abordada em diversos campos do saber, e esse caráter multifacetado dificulta a sua definição e construção de um indicador exato. Vignoli (2001, p.2) “compreende vulnerabilidade como a falta de acesso às estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado, estado ou sociedade”.

Dessa forma, atribui-se a essa manifestação corporal um caráter educativo e de socialização para se alcançar, promover e desenvolver valores como, solidariedade, cooperação, disciplina e coletivismo. O que se torna relevante se analisarmos a exposição de crianças e adolescentes nas mais diversas formas de violência.

---

<sup>1</sup> A partir da Carta Internacional de Educação Física e Esporte (UNESCO/1978), e todos os documentos provenientes (Carta Olímpica, agendas, conclusões de congressos, manifestos etc.) passaram a considerar o esporte como um direito de todos, defendendo a inclusão social no esporte.

No Brasil o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera a idade entre 0 a 12 anos incompletos como criança e na faixa de 12 a 18 anos como adolescentes. Para Neri et al, (2013), a juventude é subdividida em: jovem-adolescente na faixa etária de 15 a 17 anos, o jovem-jovem na faixa etária de 18 a 24 anos e jovem-adulto na faixa etária de 25 a 29 anos.

No que tange os contextos de violência e criminalidade envolvendo essa população. De acordo com o boletim de informações criminais do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) para o Estado do Espírito Santo em 2021, houve um crescimento de 14,3% de crimes letais para a faixa etária de 15 a 29 anos no período de 2019 a 2020.

De acordo com Cavasini (2008); Mello; Dias (2009) e Mezzadri et. al (2010), os PSE são favoráveis a socialização, gerando oportunidade de profissionalização, diminuindo assim o acesso e exposição com a violência e drogas, auxiliando no combate da desigualdade social, à diminuição dos riscos sociais e melhoria do desempenho escolar.

Junto a esse crescimento percebe-se o interesse significativo do campo da ciência em estudar esse objeto. Para Silva; Silva, (2014), os PSE podem ser disseminados de duas formas: De baixo para cima que são ações de sujeitos ou coordenações que se movimentam por um objetivo comum, ou pelo movimento contrário, que são ações governamentais através de políticas públicas. Políticas essas que ganharam força a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, quando o esporte passou a ser um direito individual, a ser incentivado pelo Estado.

Com a intenção de incentivar o esporte e envolver um número maior de participantes, o Estado dividiu a política nacional de esporte em três dimensões: Esporte performance, Esporte Educacional e Esporte participação.

Esporte Performance ou também conhecido como esporte rendimento, é gerido por regras universal e estão vinculados as federações e confederações, com finalidade de obter resultados. Darido e Rangel (2008, p.181), afirmam que o esporte rendimento é praticado pelos talentos esportivos, o que deixa claro a essa dimensão o seu lado antidemocrático.

Já o Esporte Educacional tem como público alvo alunos regularmente matriculados em qualquer sistema de ensino, com principal objetivo a democratização do movimento, dando a mesma oportunidade a todos e assim promover a inclusão por meio do esporte enquanto prática pedagógica com atributos educacionais que visa à cidadania e formação do sujeito.

Para Darido e Rangel (2008), o professor ao trabalhar o esporte educação e deve proporcionar aos alunos a vivência de diversas modalidades, fazendo com que o aluno pense o esporte de forma crítica como corrupção e violência e de forma positiva como geração de empregos.

Já o Esporte participação é voltado para o lazer sem nenhuma forma de discriminação, utilizado sempre nos tempos livres de obrigações. Tem como objetivo o lúdico, o bem-estar social dos praticantes e a relação entre pessoas. (TUBINO, 2001, p.38).

Sendo assim esse estudo organiza-se em torno da seguinte questão problema: Quais as contribuições dos projetos sociais esportivos para inclusão social e combate à Violência entre crianças e adolescentes em áreas de riscos ou situações vulneráveis na produção científica?

Com base na questão problema aqui especificada, este estudo parte da hipótese que os PSE diminuem o impacto da violência nas vidas de crianças e adolescentes.

Objetiva-se com isso, discutir e analisar os impactos no que tange as representações de socialização que permeiam as finalidades do esporte ofertado em PSE.

## **1.2. Organização do Estudo**

Desse modo os caminhos metodológicos dessa dissertação foram construídos de maneira plurimetodológica. Sendo assim, optou-se por estruturar cada capítulo com metodologias distintas, porém com objetivo e questão única, que dialogam entre si e o objeto de pesquisa em questão, o esporte ofertado em projetos sociais.

O Segundo capítulo tem como aporte metodológico a pesquisa bibliográfica, que foi composta por uma busca controlada em base de dados referencias, fundamenta o campo teórico do estudo (LAKATOS; MARCONI, 1992; GIL, 2002; VERGARA, 2014).

Este estudo, busca estabelecer a articulação entre o quantitativo e qualitativo ao realizar uma pesquisa articulada a princípios da análise bibliométrica, que consiste na aplicação de estatísticas matemáticas, para descrever o campo da ciência da informação que interfere sobre a produção de um determinado: autor, grupo de pesquisas, revistas e periódicos, com finalidade de medir a sua produtividade e assim criar métodos de comparação.

Ferreira (2002, p.258) acrescenta que também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritiva da produção acadêmica e científica, sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Dessa maneira, diferentes materiais colaboram para esse processo de constituição e delineamento da produção científica, dentre os quais destacam-se os livros, os periódicos, as teses e dissertações, monografias, comunicações em eventos, currículos, catálogos em portais, entre outros.

A opção pela utilização desse tipo de material tem relação com o próprio aumento da produção científica e suas diferentes formas de compartilhamento, circulação e difusão do que é produzido nessas instâncias.

Para Gil (2002, p.44) “os livros constituem fontes bibliográficas por excelência”. A nossa pesquisa bibliográfica priorizou a consulta encadeada de artigos científicos. Para isso, o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi a base utilizada. Com base em Gil (2002, p. 66), identifica-se que os periódicos científicos, que são compostos por artigos,

Constituem o meio mais importante para a comunicação científica. Graças a eles é que vêm-se tornando possível a comunicação formal dos resultados de pesquisas originais e a manutenção do padrão de qualidade na investigação científica (GIL, 2002, p. 66).

Para um aprofundamento do conhecimento quanto a políticas públicas direcionadas ao esporte com finalidade de inclusão social e diminuição da violência, foi necessária uma nova pesquisa bibliográfica, porém em fontes distintas a do capítulo anterior.

Assim será analisado como fonte de pesquisa o livro serie que traz o texto atualizado das normas que dispõem sobre o esporte no Brasil: Dispositivos constitucionais, atos internacionais, leis e decretos.

Kozinets (2010) recomenda que, diante do extenso volume do material textual coletado, o pesquisador faça uso de softwares de análise qualitativa para reconhecimento e organização semântica, como Nvivo, Atlas.Ti e consumerBase.

Sendo assim foi utilizado o Software Interface de R Pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires Iramuteq. Desenvolvido por Pierre Ratinaud, inicialmente no idioma Francês.

O IRAMUTEQ é um software gratuito que concede a realização de análise de textos e evocações de palavras, passou a ser utilizado no Brasil a partir do ano de 2013. O software permite desde análises simples até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude).” (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 515).

Sendo assim foi inserido, na interface do software, todo o material coletado, procedimento que produziu uma Nuvem de Palavras e uma Árvore de Similitude compostas pelos elementos textuais de maior recorrência. A Nuvem de Palavras trata-se de uma análise lexical simples, que agrupa e organiza as palavras de acordo com a frequência, possibilitando a rápida identificação das palavras chaves do corpus. Já a análise de similitude, possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e o seu resultado identifica se há conexão entre as palavras.

Dessa forma será utilizado para análise desse material, o software iramuteq<sup>2</sup>, o livro serie foi inserido nessa plataforma com intuito de extrair a repetição de palavras relacionadas com a categoria de análise e conexão que elas possuíam. A justificava para o uso dessa ferramenta deve-se ao volume textual do documento analisado. Assim o uso do iramuteq permitiu capturar os indícios expressos pela recorrência, organizada na produção de nuvem de palavras.

---

<sup>2</sup> O iramuteq é um software gratuito e com fonte aberta, desenvolvido por Pierre Ratinaud (LAHLOU, 2012; RATINAUD; MARCHAND, 2012) e licenciado por GNU GPL (v2), que permite fazer análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabela indivíduos/palavras. Ele ancora-se no software R ([www.r-project.org](http://www.r-project.org)) e na linguagens Pyton ([www.pytonn.org](http://www.pytonn.org)) (IRAMUTEQ, s.d. p1).

Por fim, o quarto capítulo utilizou-se da estratégia do estudo de caso descritivo que para Yin (2005), esse tipo de pesquisa possibilita ao pesquisador descrever os fenômenos contemporâneos dentro do seu contexto real. Assim como método foi utilizado a netnografia, que busca analisar e extrair informações de fóruns, blogs, redes sociais e demais ferramentas da web, segundo o autor esse tipo de pesquisa acontece por meio da observação do pesquisado em seu contexto real (KOZINETS, 2014). Esta fase do estudo busca-se analisar como o programa estado presente tem se caracterizado como políticas públicas na região da grande Vitória.

O espaço virtual, ou ciberespaço, tem-se estabelecido como ambiente de possibilidades para efetivação de novas etnografias, seja pesquisando grupos específicos que participam de blogs, ou pelas redes sociais até chegar a sites específicos sobre um determinado tema.

A transposição dessa metodologia para o estudo de práticas comunicacionais mediadas por computador recebe o nome de Netnografia, ou etnografia virtual e sua adoção é validada no campo da comunicação pelo fato de que “muitos objetos de estudo localizam-se no ciberespaço” (MONTARDO & ROCHA, 2005, p. 01).

Por se tratar de uma transposição do espaço físico para o online, se faz necessário utilizar os critérios sugeridos por (KOZINETS, 2014): Entrée Cultural, coleta e análise dos dados, Ética de pesquisa, feedback e checagem de informações.

O Entrée Cultural é a preparação inicial para a pesquisa de campo, como a identificação da comunidade online ou grupo a ser analisado.

Para a etapa de coleta e análise dos dados, foram coletados dados diretamente das páginas analisadas, o que gera um grande volume de dados, fazendo com que o pesquisador utilize filtros para escolher informações pertinentes.

A etapa de ética de pesquisa, recomenda-se que o pesquisador ao utilizar os ambientes virtuais se identifique e identifique os interesses de pesquisa para os envolvidos, outra forma para ética da pesquisa é manter no anonimato os participantes. A checagem de informação do que foi coletado com os membros dos grupos, segue linha ética.

Desse modo realizou-se uma netnografia nas interfaces das redes sociais *Facebook.com* e *Instagram.com*, utilizando como fonte as narrativas (textuais, imagéticas ou audiovisuais) veiculadas por atores sociais que discutiram e/ou manifestaram sobre os projetos criados pelo Programa Estado Presente em Defesa da Vida <sup>3</sup>nesses lugares online.

Diante das particularidades que envolviam cada um dos sites e as suas produções materiais, bem como o recomendado pela netnografia, foi necessário estabelecer alguns critérios de exclusões e seleções, pelo qual o elemento pesquisado tivesse envolvimento com o programa Estado Presente. O segundo critério refere-se ao da abrangência temporal, assim foram considerados as postagens realizadas até o dia 10 de dezembro de 2021. O terceiro refere-se ao entré cultural, para qual foi criado uma conta nas plataformas selecionadas.

Por fim, essa pesquisa gerou subsídios para a elaboração de um podcast como produto técnico. O podcast *Esporte Socialcast*, está disponível para acesso nas principais plataformas de mídia *podcast*. Para acesso ao material, os links serão disponibilizados nos apêndices.

Os podcasts *Esporte Socialcast*, foram realizados em formato de entrevista, no intuito de compreender a importância de políticas públicas voltadas para a inclusão social e redução da violência.

Baseado no aporte teórico da dissertação e do diálogo com a realidade pesquisada, trazemos nessa série de 3 episódio, o olhar de quem coordena o projeto social esportivo, o olhar do aluno e o olhar do pesquisador. Cada episódio com um olhar diferente sobre os projetos sociais esportivos, suas contribuições e limitações para a inclusão social e redução da violência entre crianças e adolescentes.

As perguntas que orientam o roteiro das conversas, bem como os links para os pdcasts estão presentes na seção do Apêndices deste estudo.

---

<sup>3</sup> As ações do Programa Estado Presente em Defesa da Vida, foi desenvolvido pela secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social.

O primeiro episódio traz a visão do coordenador/responsável pelo projeto social Centro Educacional Comunitário Reame, que atende crianças e adolescentes de 06 à 15 anos, de ambos os gêneros, visando a complementação do trabalho social e a prevenção de situação de risco social, oferecendo aos participantes oficinas de artes circenses, capoeira, esportes, arte e cultura.

A entrevistada convidada foi a coordenadora Jaqueline Wandekoken, que trará aos ouvintes a importância de se ter projetos sociais e as dificuldades de mantê-los.

O segundo episódio, tivemos como entrevistada convidada a Jeniffer Cardoso, que foi aluna do projeto REAME e hoje é professora de capoeira do mesmo projeto ao qual foi aluna. Nesse episódio foi abordado a visão do aluno que passou pelo projeto esportivo, enfatizando a importância do projeto para o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Como terceiro episódio, o podcast enfatiza relevância de trazer pesquisas científicas sobre o tema. Tivemos como entrevistado o professor Murilo Eduardo dos Santos Nazário. Doutor em educação física pelo programa de pós-graduação em educação física pela universidade federal, coordenador do núcleo de formação profissional em educação física, membro do instituto de pesquisa em educação física. O objetivo desse episódio foi levar aos ouvintes a relevância de pesquisas realizadas sobre o esporte como ferramenta de políticas públicas.

## **2. PESQUISA CONTROLADA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS SOCIAIS ESPORTIVOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E COMBATE À VIOLÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ÁREAS DE RISCOS OU SITUAÇÕES VULNERÁVEIS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

A palavra violência vem do latim *Violentia* que significa caráter violento, emprego de força física. Assim violência é abuso de poder, palavras ou ações que ferem, é uso da força que pode gerar ferimentos ou até a morte

A violência caracteriza-se por ser polissêmica, e é justamente essa polissemia que a torna plural, portanto inviável pensa-la como fenômeno singular (MISSE, 2008). Nesse sentido a violência não pode ser associada uma única classe ou grupo ela caracteriza-se como um problema social e de saúde pública.

Para o ministério da saúde (2001), violência são ações humanas que afetam a integridade a saúde física, moral, mental ou espiritual. A organização Mundial da saúde (2002), define violência como o uso intencional da força ou do poder, ameaça contra pessoas ou grupo.

Se uma das definições da violência é o uso do poder, pode-se assim dizer que a mesma está ligada a desigualdade social e a violação dos direitos. Uma das formas de combater a violência que tem sido proposto é através dos PSE.

No início da década de 1930, já haviam indícios do uso do esporte em projetos ou programas compreendidos enquanto atividades de lazer. No ano de 1970, houve um crescimento nessas iniciativas com as campanhas do “Mexa-se” e “Esporte para Todos”. Já nos tempos atuais percebemos um crescimento nos projetos sociais que elegem as práticas esportivas como suas principais ferramentas de intervenção, Melo (2008).

O reconhecimento do esporte como canal de socialização ou inclusão social é revelado pelo crescente número de PSE voltados para crianças e jovens em situação de risco social ou vulnerabilidade.

Cavasini (2008); Mello; Dias (2009), afirmam que os PSE auxiliam ao combate da desigualdade social, à exclusão, à redução da violência, à diminuição dos riscos sociais e melhoria do desempenho escolar.

Do mesmo modo, diferentes pesquisas têm sido produzidas com intuito de discutir, problematizar e analisar o lugar dos PSE no processo de socialização de grupos em situação de vulnerabilidade. Como: Silva, O. (2014) que realizou uma pesquisa voltada para os impactos de projetos sócio esportivos na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e pesquisa como a de Hecktheuer, A. F. L. (2016), que tem por objetivo analisar PSE e como são abordadas as suas dimensões.

Todavia, para contribuir no avanço sobre determinado objeto é importante organizar e sistematizar o que tem sido produzido ao longo de um determinado período, afim de sinalizar modismos, redundâncias, lacunas e fragilidades epistemológicas. Nesse sentido, uma das formas de realizar um empreendimento dessa natureza é a partir da pesquisa estado do conhecimento que segundo Ferreira (2002), “estado do conhecimento” é uma produção científica de uma determinada área, espaço ou tempo, com finalidade de mapear e discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, como por exemplo, teses, dissertações, periódico e livro de uma temática específica.

## **2.1. PESQUISA CONTROLADA EM PERIÓDICOS**

Para essa dissertação a pesquisa controlada foi configurada em artigos veiculados via portal da CAPES. O procedimento de busca desse material foi realizado no mês de agosto de 2021. Ao utilizar os descritores esporte e inclusão social, com um recorte temporal de 1995 à 2019<sup>4</sup>, foram encontrados 602 resultados, após filtrar os resultados para buscar somente artigos e que foram publicados em português, a plataforma gerou 414 resultados.

Após a leitura dos títulos e resumos dos 414 artigos, foram excluídos os artigos que, embora tivessem relação com projeto esportivo ou com a inclusão social, não discorriam sobre PSE como meio de inclusão social e combate à violência. Após essa nova seleção incluindo os critérios relatados, foram encontrados 09 artigos que discorriam sobre o tema da pesquisa.

---

<sup>4</sup> A delimitação das fontes desde 1995 justifica-se por ser esse o ano da criação do ministério do esporte, que foi substituído pelo ministério da cidadania por meio da medida provisória nº 870, aspecto que justifica a opção temporal para 2019.

Os resultados encontrados justificam essa pesquisa, pois confirmam a condição incipiente que envolve as pesquisas, dessa forma o presente estudo se faz necessário na tentativa de contribuir para amenizar a carência de discussões sobre o tema.

Com isso 09 artigos compõem a amostra bibliográfica dessa pesquisa. Sendo que a análise desse material ocorreu a partir dos seguintes indicadores bibliométricos: ano de publicação; autor; tipo de artigos, instrumentos de coletas de dados e resultados.

Nesse sentido, Nascimento, (2010) tendo como referência, Macias-Chapula e Spinak, (1998) apresenta três categorias de Indicadores bibliométricos, sendo eles: indicadores de produção, indicadores de citação e indicadores de ligação. A autora ainda chama a atenção para a necessidade de utilização de tais indicadores de maneira articulada, principalmente, as especificidades de uma determinada área de conhecimento.

Outro cuidado se mostra nos reducionismos que compõe o texto do outro, principalmente quando há caminhos teóricos que difere ao do pesquisador que investiga essa produção. Assim, com seu uso adequado, os indicadores assumem grande relevância na análise e estudo das atividades científicas. Esses resultados são melhor sintetizados pela Tabela 1.

**Tabela 1** Estudos que colocam em evidência a inclusão social e combate à violência por meio de projetos sociais esportivos.

Ano	Autor (es)	Título	Revista
2015	Carvalho. C.; Araújo. P.	Esporte: Um conteúdo excludente ou inclusivo na educação física escolar?	Revista Univap
2014	Júnior, D. et al.	Escolinhas de Futebol: Localização e políticas públicas no município de são José dos campos.	Revista Univap
2018	Barreto, D. e Perfeito, R.	Motivação de crianças e adolescentes praticantes de esportes em projetos de inclusão social do Rio de Janeiro.	Motrivivência: Revista de Educação Física, Esporte e Lazer

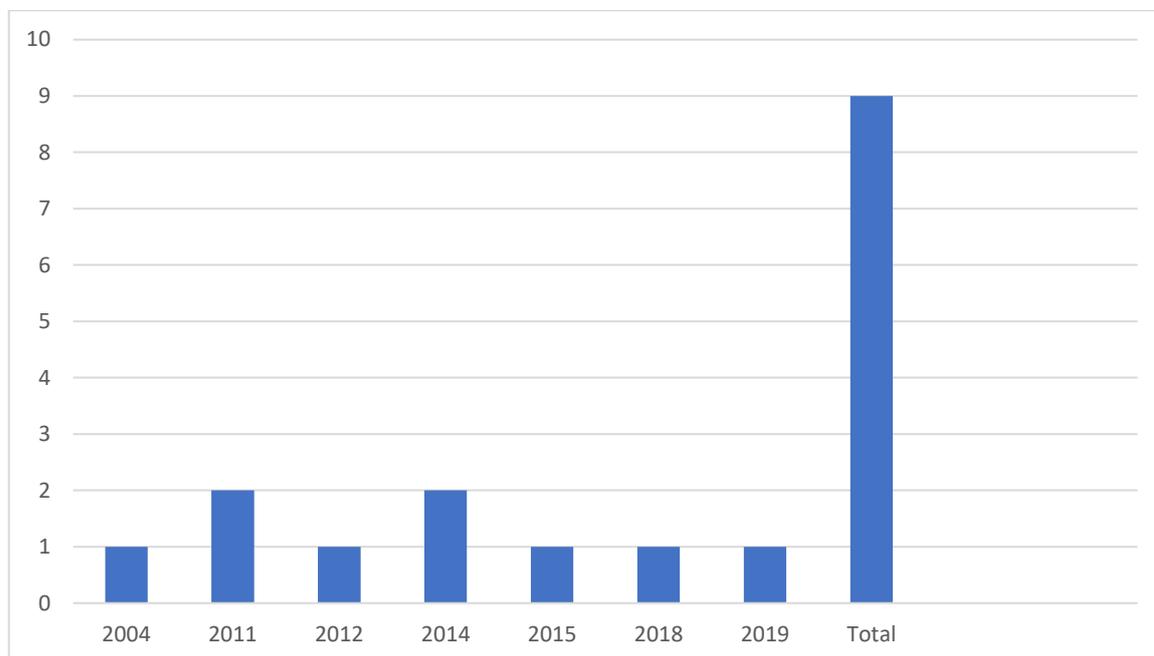
2011	Vianna, J. e Lovisolo, H.	A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte
2012	Taffarel, C.	Programas sociais de esporte e lazer na escola e na comunidade as evidências de exclusão social e educacional na sociedade brasileira.	Motrivivência: Revista de Educação Física, Esporte e Lazer
2004	Gaspar, L.; Pich, S. e Vaz, A.	Política Pública De Esporte Escolar E Educação Física Escolar: Entre a inclusão social e a busca por talentos esportivos, tendo como pano de fundo o Programa Estadual Esporte Escolar de Santa Catarina.	Motrivivência: Revista de Educação Física, Esporte e Lazer
2019	Balzano, O. N. et al.	O futebol como ferramenta de inclusão social e escolar.	Pensar a Prática
2014	Silva, O. e Silva, C.	Desenho da rede de um projeto esportivo social: atores, representações e significados.	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte
2011	Sanches, M.S; Rubio, K.	A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência.	Educação e Pesquisa.

Fonte: CAPES (2017); Elaboração: Caio Portugal (2021).

Assim, para melhor compreensão dos estudos da amostra, os resultados serão apresentados organizados em categorias temáticas produzidas a partir dos indicadores bibliométricos:

O primeiro indicador de análise refere-se aos anos de publicações de cada artigo encontrado conforme gráfico 1:

**Gráfico 1** Artigos que discorrem sobre projetos sociais esportivos e suas periodicidades

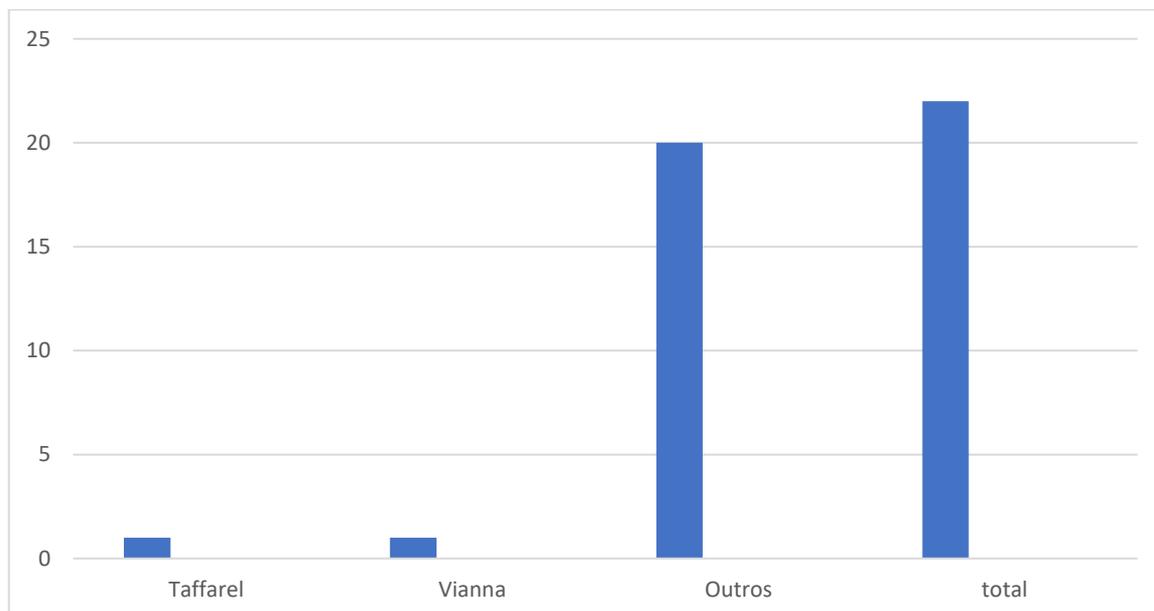


Fonte: Elaborada pelo autor.

É possível perceber que o ano com o maior número de publicação são os anos de 2011 e 2014 com duas publicações cada. Os anos de 2004, 2010, 2011, 2012, 2015, 2018 e 2019, foram publicados apenas 1 (um) artigo em cada ano.

Conforme o gráfico notamos que os PSE com meio inclusão social e combate à violência tem sido um objeto de pouco interesse de discussão, já que a maioria dos trabalhos de revisão na temática de PSE são relacionados a inclusão de deficientes. Com isso, espera-se que os elementos que compõe o campo esportivo, entre eles ligados ao combate a violência sejam de interesse entre os pesquisadores da área.

Do mesmo, torna-se significativo levantar as autorias dessas produções uma vez que expressam autores ou grupos que tem constituído trajetórias consolidadas de estudos sobre o tema. Assim o gráfico 2 nos possibilita identificar quais são os autores que têm se dedicado a pesquisa sobre PSE por meio do esporte:

**Gráfico 2** Maior recorrência autoral e/ou colaborativa dos artigos analisados

Fonte: Elaborada pelo autor.

Dos 22 autores encontrados nos artigos selecionados, cada autor publicou apenas um artigo, nota-se que não há autores que publicam constantemente sobre PSE voltados para a inclusão social e combate à violência nesse cenário de pesquisa.

É importante trazer a figura dos pesquisadores porque eles passam a assumir a condição de vozes autorizadas para discutir, no presente caso PSE voltados ao combate a violência em suas diferentes nuances na esfera científica. A partir de seus grupos de pesquisa, laboratórios e pesquisas acadêmico-científicas que são produzidas e publicadas. Contudo, a indagação pertinente para o presente estudo reside na questão que envolve o aparente desinteresse dos pesquisadores da área em discutir a respeito do esporte como meio de combate a violência. Conforme o gráfico acima fica evidente o desinteresse desses pesquisadores em discutir objeto dessa pesquisa.

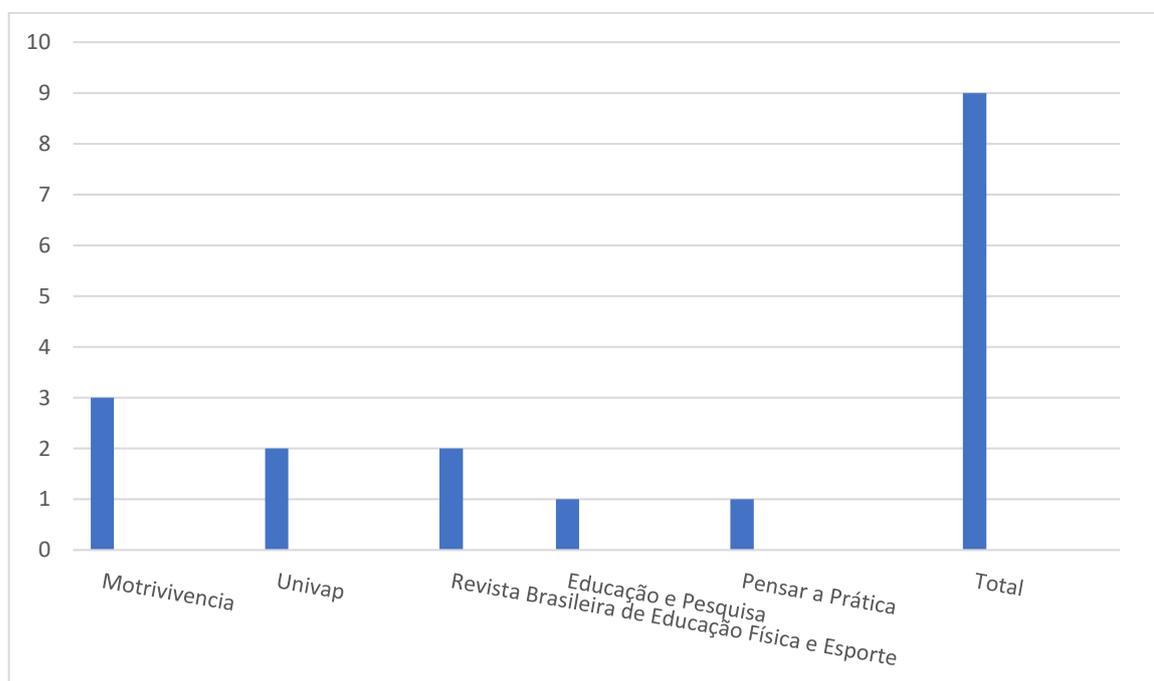
A análise do Currículo Lattes desses pesquisadores fornece indícios de suas trajetórias, no que se refere à produção de conhecimento sobre PSE e suas contribuições para a inclusão social entre jovens e adolescentes. Para tanto, buscaram-se principalmente projetos de pesquisas que esses autores têm desenvolvido, pois partimos do pressuposto de que esses projetos são as estruturas básicas e embrionárias para o desenvolvimento de outras produções científicas, inclusive os artigos aqui analisados.

Celi Nelza Zulke Taffarel, tem em seu currículo, um projeto de pesquisa denominado como: Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas de Esporte e de Lazer da rede CEDES, cujo objetivo central que é coordenar e executar pesquisas científicas, no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer, a partir de uma rede de articulação entre grupos de pesquisa.

Já José Antônio Vianna, coordena um projeto intitulado como: Projetos de inclusão social por meio do esporte, da dança e lazer, que tem como objetivo, analisar as políticas públicas, programas e projetos de esportes, danças e lazer para crianças e jovens das camadas populares.

Mesmo com a incipiência de autores que publicam sobre o PSE, vale destacar as revistas que tem interesse no tema. Assim por meio do gráfico 3, é possível notar as revistas que mais publicam sobre o assunto.

**Gráfico 3** Principais revistas que tem sustentados as discussões no campo dos projetos sociais esportivos como meio de inclusão e combate à violência



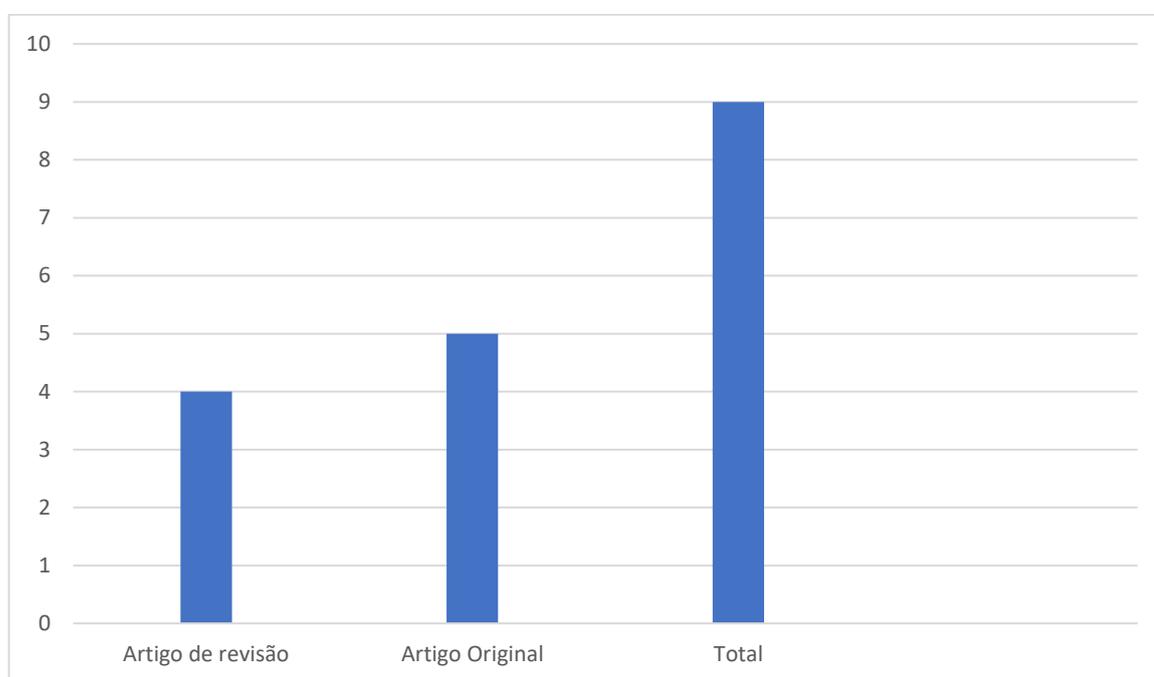
Fonte: Elaborada pelo autor.

No total de 09 artigos encontrados, podemos notar que a revista com o maior número de publicação é a Motrivivência: Revista de Educação Física Esporte e Lazer com 3 artigos, a Revista Brasileira de Educação Física e Esporte e a Revista Univap com 2 artigos encontrados, a revista pensar a prática e a revista Educação e Pesquisa,

publicaram 1 artigo cada. Nesse sentido, mesmo com essa baixa produção de artigos sobre o esporte como meio inclusão social e combate à violência, vale pontuar que os artigos encontrados foram publicados em revistas que envolvem temáticas variadas.

Diante desse cenário, faz-se importante verificar as principais formas de pesquisa escolhidas para serem publicadas por esses periódicos. Uma vez que, as revistas recebem diferentes formas de publicações, desde Artigos Originais, Artigos de Revisão, Relatos de Caso e Entrevistas, como podem ser averiguados no gráfico 4:

**Gráfico 4** Tipos de Artigos no campo dos projetos sociais esportivos como meio de inclusão e combate à violência.



Fonte elaborada pelo autor.

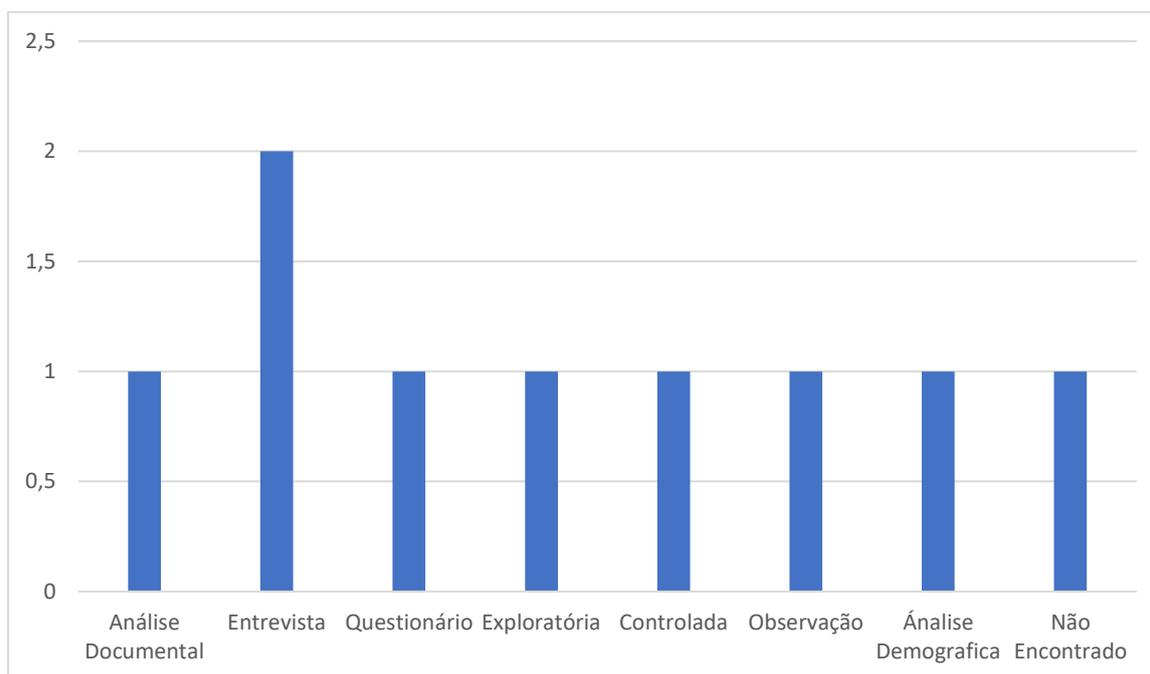
Dos 09 resultados encontrados, 5 foram artigos originais, ou seja, possuem trabalho de campo e isso contribui para análises mais ampliadas referente ao objeto de pesquisa. Do mesmo modo, pesquisas dessa natureza contribuem para compreender particularidades que envolvem os contextos específicos, bem como possibilitam reflexões que percorrem a dimensão em caráter macroestrutural.

04 artigos foram de revisão, que são pesquisas que usam de diferentes campos de publicações científicas como periódicos, livros, teses, dissertações.

Dessa forma podemos sinalizar para incipiência de estudos de campos que possuem empiria o que contribui para análises mais ampliadas e atualizadas referentes aos objetos de pesquisa.

Com isso, é fundamental verificar quais têm sido as opções teórico-metodológicas que fundamentam tais estudos. Pois um pesquisador ao realizar uma incursão em periódicos, necessita realizar a opção mais coerente com sua questão problema e seus objetivos. Dessa maneira, eles são indicadores dos aspectos investigativos que os pesquisadores têm buscado e que deverão colaborar nessa compreensão sobre a contribuição do esporte para a inclusão social. Somente as escolhas coerentes e adequadas dos procedimentos metodológicos conseguirão produzir os melhores resultados que possibilitarão uma análise mais apurada do objeto de pesquisa. Nessa perspectiva elaborou-se o gráfico 5.

**Gráfico 5** Instrumentos de coletas de dados empregados nos artigos que discutão sobre projetos sociais esportivos e suas contribuições.



Fonte: elaborada pelo autor

É possível analisar que dos 09 artigos encontrados 2 artigos utilizaram como forma de coleta de dados a entrevista, essas pesquisas assumiam variações estruturais, ou seja, em um momento utilizou-se da entrevista semiestruturada, como no artigo de

Vianna e Lovisolo (2011), que entrevistaram 25 profissionais de educação física, que atuavam em programas de intervenções sócio educacional através do esporte.

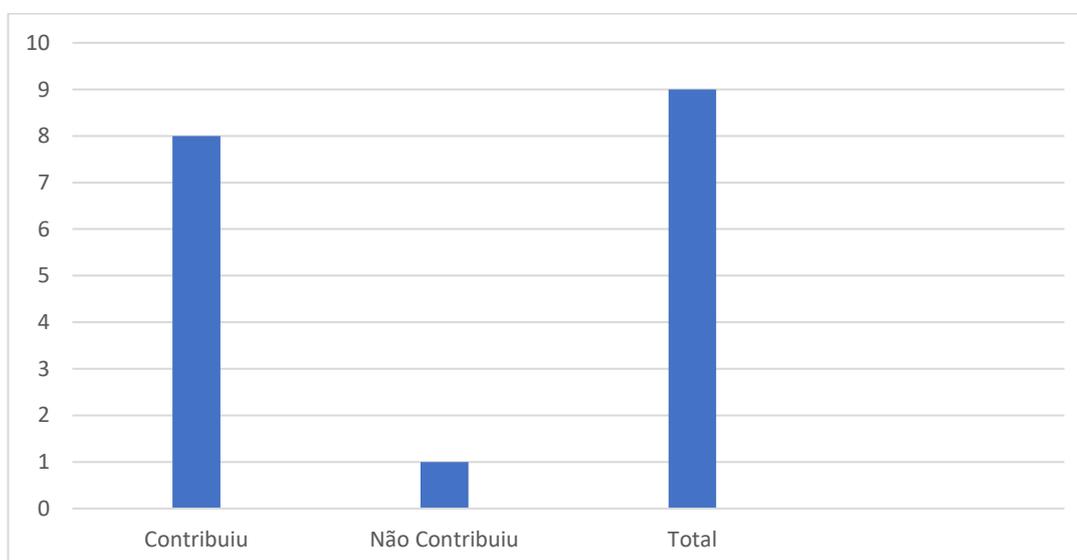
Também houve opção da entrevista por meio do método história de vida, no qual o participante narra sua vida, como no estudo de Sanches e Rubio (2011), onde foram entrevistados 4 atletas de alto rendimento da modalidade do atletismo.

Os demais instrumentos de coletas de dados como análise documental da pesquisa de Gaspar, Pich e Vaz (2004), utilização de questionário como no estudo de Barreto e perfeito (2018), instrumento exploratória de Silva e Silva (2014), pesquisa controlada de Carvalho e Araújo (2015) e o instrumento de observação de Balzano, et al. (2019), que foram encontrados em apenas 1 artigo cada instrumento de coleta de dados. 1 artigo não foi possível encontrar a forma de coleta de dados (TAFFAREL, 2012).

Sendo assim é possível afirmar que o instrumento de coleta de dados mais utilizado foi o da entrevista. Para Triviños (1987, p.146), a entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado apoiados em teorias e hipóteses que corroboram com o tema de pesquisa além de valorizar as narrativas dos sujeitos envolvidos.

Após análise dos indicadores acima, é preciso trazer os resultados encontrados pelos autores, pois corresponde a parte mais importante do relatório. Assim se faz necessário analisar o gráfico 6.

#### **Gráfico 6** Resultados encontrados pelas pesquisas analisadas



Fonte: elaborada pelo autor

Conforme demonstra o gráfico, dos 09 artigos encontrados, 8 artigos apontam que o PPSE tem contribuindo para a inclusão e combate à violência entre crianças e adolescente, 1 artigos afirma que o PPSE não contribui para a inclusão social ou combate a violência.

Embora uma pesquisa conteste os resultados satisfatório do PPSE, que é o caso da pesquisa de Barreto e Perfeito (2018), que afirmam que os resultados encontrados deixam questionamentos sobre a influência do PPSE no processo de formação social dos participantes, os autores afirmam que o número de sujeitos envolvidos na pesquisa, foram reduzidos e que por tal motivo deveria ser feito uma nova pesquisa com um número maior de participantes e levando em consideração outras vertentes.

Assim é possível notar que os PSE tem sido objeto de contribuição no combate à violência, isso explica o aumento expressivo nos números de PSE, e que a grande maioria desses projetos são voltados para crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

Para Elias e Dunning (1992), o esporte é uma forma de substituir a violência, e através dos PIS crianças e adolescentes ocupam seu tempo ocioso, protegendo-se assim de diversas formas de violências.

Starepravo e Mezzadri, (2003), asseguram que as regras dos esportes auxiliam na diminuição dos níveis de violência, já que nesse contexto o cumprimento de regras e de suma importância.

Tubino (2005), diz que as atividades esportivas se estabelecem como umas das melhores formas de inclusão social.

Farinatti, (1995) e Fonseca, (2000), trazem que o esporte proporciona à criança a oportunidade de contato social e contribui para o desenvolvimento moral.

Com base nos artigos selecionados averiguou-se que mesmo sendo discretos os estudos que discutem sobre contribuição de projetos esportivos no combate a violência, os mesmos afirmam que as práticas esportivas contribuem para um melhor convívio social, melhor desenvolvimento humano, agrega valores como coletivismo, amizade, solidariedade, tolerância e respeito.

O esporte também é visto como um meio de ascensão social por seus participantes, já que através dele, crianças e adolescentes alimentam o sonho de dar e ter uma vida melhor.

Através do esporte crianças e adolescentes são reintegrados a sociedade, pois durante a sua prática, os mesmos aprendem a solucionar problemas, a conviver em grupo, a respeitar as regras e ao outro.



públicas, o que é constatado na Carta Internacional de Educação Física e Desporto, adotada pela Unesco em 1978.

Artigo 1. A prática da educação física e do esporte é um direito fundamental de todos

1.1. Todo ser humano tem o direito fundamental de acesso à educação física e ao esporte, que são essenciais para o pleno desenvolvimento da sua personalidade. A liberdade de desenvolver aptidões físicas, intelectuais e morais, por meio da educação física e do esporte, deve ser garantido dentro do sistema educacional, assim como em outros aspectos da vida social.

1.2. Todas as pessoas devem ter oportunidades plenas, de acordo com as tradições nacionais de esporte, de praticar a educação física e o esporte, com isso melhorando sua forma física e atingindo um nível de realização no esporte que corresponda ao seu talento.

1.3. Oportunidades especiais devem ser disponibilizadas aos jovens, incluindo crianças em idade pré-escolar, idosos e pessoas portadoras de deficiências, a fim de possibilitar o desenvolvimento pleno de sua personalidade, por meio de programas de educação física e de esportes adequados às suas necessidades. (UNESCO, 1978).

A partir da carta da Unesco, o conceito de esporte foi expandido para práticas recreativas e educativas para a população em geral, além de ser considerado patrimônio cultural da humanidade e visto como um direito a ser garantido a todos. (TUBINO, 2010, PRIETO, 2013, MIRANDA, 2011).

Com o processo político instaurado em 1974, com a intenção de romper com o regime militar e dar início a democracia, diminuiu o modelo centralizado do esporte pelo Estado, liberando assim as instituições esportivas privadas a se relacionarem com o mercado. (BUENO, 2008, LINHALES, 1996, MANHÃES; STAREPRAVO, 2011).

A partir desse processo podemos aqui destacar as palavras “Lei”, “Artigo” “Entidade” e “Esportivo” que dentro da área da presente pesquisa se concretiza como meio de atuação do poder público, utilizando-se da mesma para a criação de projetos políticos, tendo como alicerce os princípios e mandamentos da vigente carta magna.

Constituição Federal de 1988, quando o esporte se tornar um direito individual, o Estado passa a ter o dever de fomentar práticas desportivas nos âmbitos formal e informal.

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Nesse cenário é importante trazer a definição de Estado, que para Bresser (2010), é a instituição soberana, garantida por lei e pela organização social, e junto com a sociedade e o território forma o Estado-Nação. Assim o Estado se tornar o principal elaborador de políticas públicas.

No meio esportivo o Ministério do esporte (ME) foi o representante governamental na esfera nacional, o mesmo foi substituído pelo Ministério da Cidadania, responsável por construir e instituir política nacional de esporte no Brasil.

No âmbito das políticas públicas podemos citar a Lei nº 8.672 de 1993:

Artigo 1º - desporto brasileiro abrange práticas formais e não-formais e obedece às normas gerais desta Lei, inspirado nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito.

Artigo 2º - O desporto, como direito individual, tem como base os seguintes princípios:

III - democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem distinções e quaisquer formas de discriminação;

IV - liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidades do setor;

V - direito social, caracterizado pelo dever do Estado de fomentar as práticas desportivas formais e não-formais;

a) semiprofissional, expresso pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho;

b) amador, identificado pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais.

Tal lei ficou conhecida como Lei Zico, que estabelece o desporto como atividade predominantemente física e intelectual, tirando assim a ideia do esporte apenas com caráter competitivo, e passa a ser conceituado como uma atividade formal e não formal, trazendo uma ampliação em seu conceito e se tornando acessível a um número maior de pessoas.

Em 1998 criou-se a Lei de Nº 9.615, chamada Lei Pelé, que substituiu a Lei Zico:

Art. 3º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações.

IV - desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição.

§ 1º O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I - de modo profissional, caracterizado pela remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva;

II - de modo não-profissional, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio.

Uma das mudanças significativas propostas refere-se à concepção do esporte como toda manifestação educacional, de participação ou de rendimento, pressuposto que aumenta os números de atividades praticadas consideradas esportivas e conseqüentemente o número de praticantes. (TUBINO, 2005).

Mas toda essa estrutura formal do esporte só tomou impulso após a instituição do conselho nacional de desporto (CND), que podemos observar por meio da figura 1 a palavra “Desportivo” e “Legislação”, a Lei 3.199/41, influenciou diretamente a organização do esporte no Brasil, contribuindo com a regulamentação das entidades esportivas, definição da função do Estado frente ao Esporte e regulamentação das entidades esportivas. (MEZZADRI, 2003).

Art. 1º Fica instituído, no Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos, destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática, dos desportos em todo o país.

Art. 2º O Conselho Nacional de Desportos compor-se-á de sete membros, a serem designados pelo Presidente da República, dentre pessoas de elevada expressão cívica e que representem, em seus vários aspectos o movimento desportivo nacional.

Art. 3º Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Desportos:

a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais;

b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade;

c) decidir quanto à participação de delegações dos desportos nacionais em jogos internacionais, ouvidas as competentes entidades de alta direção, e bem assim fiscalizar a constituição das mesmas;

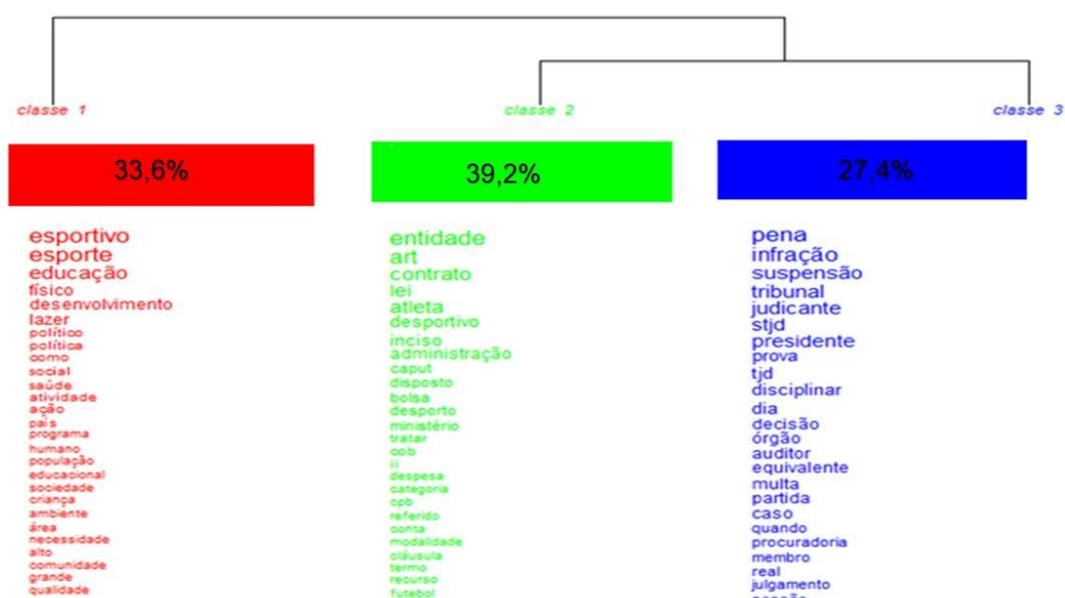
d) estudar a situação das entidades desportivas existentes no país para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal, e ainda fiscalizar a aplicação dessas subvenções.

Tal decreto foi a primeira legislação esportiva oficial do Brasil, ligado a pasta do ministério da Educação e Saúde, com o intuito de incentivar a prática esportiva, o que para (Manhães, 2002), atendeu apenas ao esporte de alto rendimento.

Já no ano de 1975, foi criada a lei Federal de N° 6.251/75 que estabelece a Política Nacional de Educação Física e Desporto (PNED).

Art. 1º A organização desportiva do País obedecerá ao disposto nesta Lei, à regulamentação subsequente e às Resoluções que o Conselho Nacional de Desportos expedir no exercício de sua competência.  
 Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se desporto a atividade predominantemente física, com finalidade competitiva, exercitada segundo regras pré-estabelecidas.  
 Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios conjugarão recursos, técnicos e financeiros, para promover e incentivar a prática dos desportos em suas diversas modalidades.  
 Art. 4º Observadas as disposições legais, a organização para a prática dos desportos será livre à iniciativa privada, que merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos.

**Figura 2** Classificação hierárquica descendente do livro Série sobre as leis de esportes no Brasil.



Fonte: Livro Série Leis do Esporte

Na Classificação Hierárquica Descendente, o IRAMUTEQ exibiu o dendograma das classes extraídas através do corpus (figura 2). Foram analisados os termos que se

apresentam como categorias temáticas em que a associação com a classe apresentou um Qui-Quadrado<sup>5</sup> maior do que 3,84 e um nível de significância (P) menor que 0,05, o que indica que as palavras têm uma correlação com a classe determinada pela CHD de 95%.

A classe 1 reúne 33,6% da amostra de textos para a análise. Nessa classe reúnem-se os termos que formam uma categoria isolada de palavras que se apresentam no documento referente ao livro Serie da câmara sobre as leis do esporte. Os termos representados nessa classe fazem menção a elementos relativos ao objeto de estudo tais como esporte, políticas, educação, social, criança, programa.

As classes 2 e 3, se encontram no segundo ramo do dendograma, elas se subdividem agrupando palavras que representam a estrutura política, onde na classe 2 se encontram os agentes políticos, como podemos verificar por meio das palavras “entidade”, “Desportivo”, “Administração”, que remetem a órgãos burocráticos, em diferentes níveis do governo.

Assim como as políticas públicas são pensadas por esses agentes, é preciso que as mesmas sejam cumpridas, por isso as duas classes se inter-relacionam como podemos verificar na classe 3 por meio das palavras “Pena”, “Infração”, “Suspensão”, que são meios de se fazer cumprir as políticas públicas sancionadas.

Sendo assim é notável a presença de um grupo de palavras que mantêm relação constante, enquanto outras mantêm relação somente dentro de sua própria classe, conforme pode ser visualizado na figura 3.

---

<sup>5</sup> De acordo com Soares (2019, mimeo), o qui-quadrado é um dos testes associativos mais utilizados. Nele a hipótese nula indica que não existe associação entre as variáveis. No caso do Iramuteq, essa associação é determinada quando o valor calculado para P é maior do que 0,05, que, no caso do software, sempre coincidirá com o valor mínimo de 3,84 para o qui-quadrado.



#### **4. POLITICAS PÚBLICAS ESPORTIVA NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, UM ESTUDO DE CASO NO ÂMBITO DO PROGRAMA ESTADO PRESENTE EM DEFESA DA VIDA**

Vale aqui destacar algumas políticas públicas esportivas efetivadas que deram certo, como o Programa Segundo Tempo (PST), criado no ano de 2003, com a intenção de atender jovens com idades entre 6 a 17 anos, prioritariamente de áreas de vulnerabilidade social e matriculadas na rede pública de ensino. Segundo Filgueira; Perim; Oliveira (2009), O PST tem por objetivo democratizar a prática e a cultura do esporte de forma a estimular o desenvolvimento integral na formação a cidadania e melhoria na qualidade de vida.

O PST tem caráter educacional e pode ser estabelecido em escolas ou espaços comunitários privados ou públicos, podendo ser requerido por entes públicos como governo do estado, prefeituras e instituições públicas de ensino superior.

No ano de 2010 o ME em parceria com o Ministério da Educação (MEC) uniram suas ações para oferecer o esporte educacional por meio da proposta pedagógica do PST dentro das escolas que já ofertavam o projeto mais educação (PME). Segundo Souza et al (2013), o PME que se sucedia nas escolas, passa a utilizar o material esportivo e pedagógico do PST, o que amplia o desenvolvimento do esporte educacional, agora, também no contexto da escola.

Já no ano de 2009 por meio das ações do PST, foi implementado o Projeto Recreio nas Férias, que oferece atividades diferenciadas ao longo do ano, para crianças e adolescentes que fazem parte do PST. O objetivo do programa é levar o lazer, o lúdico e a recreação para dentro do PST, no período de férias escolares dos participantes (FILGUEIRA, 2009).

Outra política pública efetivada e que vem dando certo é o Projeto Esporte e Lazer da Cidade (PELC) criado pelo ME no ano de 2003 com o objetivo de:

[...] suprir as carências de políticas públicas e sociais, que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiças e exclusão social a que estão submetidas. (Brasil, 2008).

Para Castellani Filho (2007), o PELC busca consolidar o acesso ao esporte e ao lazer por meio de ação governamental, proporcionando resposta à necessidade social por políticas públicas voltadas para o esporte e lazer, buscando autonomia esportiva e de lazer da população.

Uma das mais importantes políticas de estado efetiva para o fomento do esporte brasileiro é a Lei de Incentivo ao Esporte: Sancionada em 2006 e implementada em 2007. Por meio da lei de incentivo ao esporte, pessoas jurídicas podem incentivar projetos deduzindo até 1% do IRPF, e as pessoas físicas, podem incentivar projetos deduzindo até 6% do IRPF (BRASIL, 2006).

Art. 1º A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2022, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

§ 1º As deduções de que trata o caput deste artigo ficam limitadas:

I - relativamente à pessoa jurídica, a 1% (um por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração; (Redação dada pela Lei nº 11.472, de 2007)

II - relativamente à pessoa física, a 6% (seis por cento) do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

Para Matias et al. (2015), uma das principais metas da lei é aumentar os recursos para o esporte no panorama nacional. Entre os anos de 2007 e 2019, a lei já destinou mais de R\$ 2 bilhões a projetos esportivos de várias naturezas.

Para Marcelino (2008), uma política de esporte e lazer consistente precisa conter as três dimensões do esporte (participação, educacional e alto rendimento).

Como esporte de alto rendimento podemos destacar o programa bolsa atleta, que é visto como um dos mais importantes programas de apoio ao atleta no esporte brasileiro, (CORRÊA, 2013).

A ideia de implementar uma política pública voltado para o fomento do esporte de alto rendimento veio após a participação do Brasil nos jogos olímpicos de Sidney em 2000, onde não conseguiram conquistar nenhuma medalha de ouro. (CORRÊA, et.al, 2014).

Moraes e Silva et. al. (2014), afirmam que após a pressão feita sobre as entidades responsáveis por disseminar a promoção do esporte no país, a entidade federal passou a financiar diferentes programas buscando diminuir os problemas de financiamento dos esportes de rendimento.

O bolsa atleta é considerado como o maior programa de patrocínio individual de atletas do mundo, o programa patrocina atletas do alto rendimento, que se destacam nas competições nacionais e internacionais, dando condições para que os atletas se dediquem exclusivamente aos treinamentos e competições. (BRASIL, 2005).

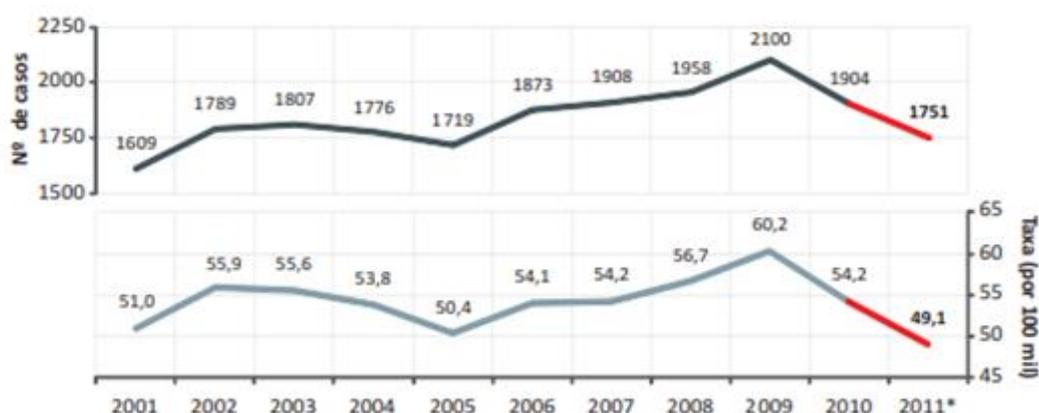
Art. 1º Fica instituída a Bolsa-Atleta, destinada prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, sem prejuízo da análise e deliberação acerca das demais modalidades, a serem feitas de acordo com o art. 5º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

§ 1º A Bolsa-Atleta garantirá aos atletas benefício financeiro conforme os valores fixados no Anexo desta Lei, que serão revistos em ato do Poder Executivo, com base em estudos técnicos sobre o tema, observado o limite definido na lei orçamentária anual. (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

#### 4.1. PROGRAMA ESTADO PRESENTE – EM DEFESA DA VIDA.

Assim para a elaboração de políticas públicas de segurança eficiente, é preciso entender a violência no que diz respeito do que é, como é, onde ocorre, e o quanto ocorre. Lançar o olhar para o ranking da taxa de homicídio, ajuda o Estado a planejar diretrizes e implementar políticas públicas que visam a diminuição dos indicadores de violência (ANDRADE, 2016).

**Figura 4** Crimes Letais no Espírito Santo 2001 a 2011. Nº de casos e taxa por 100 mil habitantes.



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

Por meio do gráfico é possível identificar que no ano de 2001 a taxa de crimes letais a cada 100 mil habitantes ficou em 51%, tendo um aumento no ano de 2002 chegando a um patamar de 55,9%. Houve uma diminuição na taxa de crimes letais nos anos de 2003, 2004 e 2005, tendo a taxa em 55,6%, 53,8% e 50,4% respectivamente. Já no ano seguinte a curva começa a subir, saindo de 50,4% para 54,1% no ano de 2006, continuando a subir nos anos de 2007 e 2008, com 54,2% e 56,7%, tendo seu pico no ano de 2009 com 60,2%, o ano com a maior taxa de casos registrados, fazendo com o Estado ocupasse a segunda colocação no país em números de crimes letais.

[...] a criminalidade violenta no Brasil e no Espírito Santo inicia uma espécie de processo endêmico, no qual vários fatores estruturais, a saber, o próprio descaso e/ou fracasso das esferas do poder público, a ausência de integração das políticas sociais e a ineficiências do planejamento urbano, correlacionaram-se favorecendo o desenvolvimento da dinâmica criminal (LIRA, 2014, p. 60).

Essa ideia trazida por Lira (2014), de que o descaso das esferas do poder público e ausência de integrações e planejamento, favorecem ao crescimento da taxa de crimes letais, vai de encontro ao que pensa (GARCIA, 2015):

Temos um campo ainda grande para avançarmos na área de integração e planejamento com outros poderes, avançar no uso de tecnologias e aplicativos que ajudem o policial e a população resolverem a questão da reposição e distribuição de efetivo que será sempre um problema a ser perseguido (concentração de policiais na capital em detrimento do interior). A integração com o MP e Judiciário é o grande gargalo. Não conseguimos ter um representante com capacidade de resolutividade nas reuniões de integração do programa Estado Presente. Os problemas são encaminhados nas reuniões, mas não é dada continuidade devido a forma de funcionamento de outros órgãos e poderes que são afetos a área da segurança. Você fala com o chefe do poder, mas o ator local tem autonomia, então tem que convencê-lo também, então as questões se prolongam. (GARCIA, 2015).

Assim, no ano de 2011 o Governo do Estado decide criar eixos estratégicos para criação de políticas públicas e programas para cada problema a ser enfrentado, ao todo foram analisados dez eixos, (ESPIRITO SANTO, 2011):

1. Melhorias da gestão e valorização do servidor;
2. Desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte e do lazer;
3. Produção do conhecimento, inovação e desenvolvimento;
4. Integração logística;
5. Desenvolvimento da infraestrutura urbana;
6. Empregabilidade, participação e promoção social;
7. Atenção integral à saúde;

8. Prevenção e redução da criminalidade;
9. Distribuição dos frutos do progresso;
10. Inserção nacional.

Em meio a esse aumento da taxa de criminalidade o então Governador do Estado Renato Casagrande, elege o eixo de prevenção e redução da criminalidade como eixo prioritário do plano estratégico do governo. Assim em maio de 2011 é apresentado a sociedade o Programa Estado Presente Em Defesa da Vida, com a intenção de reduzir os índices de criminalidade no Espírito Santo, especialmente os crimes letais, feminicídios, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. (FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA, 2015, p. 23 - 25).

A partir de 2011, objetivando ampliar os resultados positivos obtidos no período imediatamente anterior teve início a implantação do programa Estado Presente. Seu principal objetivo é promover a articulação institucional necessária para priorizar a implantação de um conjunto de ações e projetos voltados para o enfrentamento da violência letal e para a prevenção primária a partir da ampliação do acesso à educação, esporte, cultura, geração de emprego, renda e promoção da cidadania em regiões caracterizadas por altos índices de vulnerabilidade social. (FARJADO, 2013).

De acordo com Espírito Santo (2015) e Cerqueira et al (2020), o programa tem suas ações divididas em três eixos: O eixo da Proteção Policial, sob gerência da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), com o foco voltado para a defesa da vida. Dentro dessa estrutura são desenvolvidas estratégias para repressão ao tráfico de drogas, identificação de homicidas, porte ilegal de armas de fogo, cumprimento de mandados de prisão e mapeamento de área de risco e de indivíduos de alto risco para a sociedade e reforço na estrutura com objetivo de combater a violência.

O eixo da Proteção Social, sob gerência da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), que são ações governamentais, em parceria com iniciativas privadas e outras instituições, oportunizando oportunidades para a população em situação de vulnerabilidade social, ou seja, criar uma ambiência de cidadania e ampliar o acesso aos serviços públicos.

E por fim o eixo da Infraestrutura que dá suporte aos outros dois eixos citados a cima. Para o eixo de Proteção Policial, a infraestrutura é voltada para a estrutura física e tecnológica, como, investimentos em viaturas, equipamentos individuais e novas unidades prisionais e socioeducativas. Para o eixo de Proteção Social, tem como base

construção e reformas de escolas, conjuntos habitacionais, unidades de saúde e outros.

As ações do eixo social do Programa, envolvem as secretarias ligadas as áreas de segurança, educação, saúde, cultura, esporte, direitos humanos, trabalho, renda e empreendedorismo. Praticamente todos os setores do governo estão envolvidos no programa. (ESPIRITO SANTO, 2019).

A essência do Programa Estado Presente é promover articulação entre as secretarias, no qual cada secretaria seria responsável por elaborar e colocar em prática uma programação, voltada para o enfrentamento da violência, por meio de investimentos em obras e serviços de urbanização, do acesso à educação, esporte, cultura e promoção à cidadania, pela ampliação da oferta de cursos profissionalizantes e pela ampliação e modernização da infraestrutura de segurança pública.

Envolver toda estrutura de governo para ampliar tanto os fatores de proteção quanto diminuir as causas de risco a violência, com forte influência na modalidade de planejamento governamental que expandisse garantias e direitos nos territórios acima mencionados. Mais ainda para assegurar as capacidades de intervenção e a efetividade dessa política, adotou-se como imprescindível a cooperação e as parcerias com o setor produtivo e a sociedade civil, pautada na consolidação de uma governança democrática e participativa, orientada para resultados. (FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA, 2015, p. 25).

Cerqueira (2013), afirma que para coordenar, articular, viabilizar e monitorar as ações das secretarias foi criada a Secretaria de Ações Estratégicas (SEAE). Que entre essas funções o SEAE tinha como objetivo a promoção da articulação entre os gestores, a elaboração de novos projetos; procura por recursos e de financiamento e o monitoramento das ações e a preparação para as reuniões mensais do Estado Presente.

A Secretaria de Ações Estratégicas (SEAE) foi criada em janeiro de 2011 com a missão de acompanhar e coordenar as ações e os resultados do Programa Estado Presente, que tem o objetivo de reduzir os indicadores criminais e consolidar uma governança democrática e participativa, orientada para resultados. O Estado Presente é um programa que inicia o ciclo de instalação de uma política pública de enfrentamento da criminalidade com propósitos claramente definidos, fundamentada em valores, ferramentas de gestão, monitoramento e, sobretudo, do envolvimento de todos na promoção de uma vida melhor. A SEAE também atua como interlocutora para a solução de problemas comuns na área de Segurança com outras secretarias de Governo, Prefeituras, Governo Federal, Poderes Legislativo e Judiciário e Sociedade Civil Organizada (ESPÍRITO SANTO, acesso em 22 set. de 2014).

Segundo Farjado, Barreto e Figueiredo (2014), as reuniões para monitoramento acontecem na sala de decisão do Governo do Estado, e é presidida pelo próprio governador, a presença do mesmo além de facilitar a integração entre as pastas, demonstra o tamanho e a importância dada a política de enfrentamento da violência e criminalidade.

Um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mostra que entre os anos de 2010 e 2014, a taxa de homicídio no ES diminuiu em 10,2%, e que se não fosse a implementação do programa a taxa teria sido 29% maior.

Embora não seja possível atribuir a redução de homicídios direta e exclusiva ao Programa Estado Presente, pesquisas como a de Cerqueira (2013), Costa e Balestreri (2010), Cano (2006), Ferreira, Lima e Bessa (2009), Lira (2009), Saporì (2011), Soares (2006), Zanotelliet al (2011) e Waiselfsz (2011; 2013), afirmam que o fortalecimento das políticas públicas de segurança (PPS), está diretamente ligada a diminuição da taxa de homicídios. O que pode ir de encontro ao que afirma a Fundação João Mangabeira (2015):

25% de redução na taxa de homicídios por 100 mil habitantes, durante quatro anos do programa Estado Presente [...] O resultado alcançado no final do governo retroagiu os indicadores de violência letal em 22 anos, colocando a taxa de homicídios por 100 mil habitantes no mesmo patamar de 1993, após sucessivos anos de aumento. Considerando-se o número de vítimas no período do governo em relação ao período imediatamente anterior, 1.261 foram preservadas [...]

Portanto para que esse planejamento se torne realidade, se fez necessário a definição das áreas com maior vulnerabilidade à criminalidade, já que nestes pontos estão localizados a maior carência de políticas públicas e acesso ao esporte, lazer e cidadania. (FARJADO, 2014). Elementos esse que são confirmados por Oliveira, 2019.

Cruzamento de um conjunto de variáveis georreferenciadas em bases cartográficas, e atendeu a critérios de contiguidade geográfica e de similaridade dos padrões de urbanização, características socioeconômicas, demográficas e de violência letal.

Para Farjado, (2014), o modelo de priorização das intervenções do programa seguiu a quatro etapas distintas: a primeira etapa caracterizar os bairros ou aglomerados de bairros mais vulneráveis, segunda etapa, classificar os aglomerados em grupos, de

acordo com o tipo de intervenção necessária, terceira etapa, eleger os aglomerados aptos a receber intervenções e a quarta etapa, priorizar a implantação de projetos nos aglomerados enquadrados nos critérios de elegibilidade.

Segundo Espírito Santo, (2019), foi possível identificar 43 territórios, sendo 22 na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e 21 no interior do Estado. Essas áreas foram definidas em para 10 municípios: Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra, que fazem parte da RMGV e São Mateus, Colatina, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares no interior do Estado.

Como o objeto da presente pesquisa concentra-se nos PSE, torna-se de suma importância trazer para nossa discussão o eixo da proteção Social, que desenvolve programas tanto de natureza preventiva como repressiva, com foco ao universo juvenil.

Nesse contexto é possível apresentar a relação dos projetos desenvolvidos pela Secretaria de Estado, Esporte e Lazer (SESPORT), dentro do Programa Estado Presente em Defesa da Vida: Projeto Esporte pela Paz (PEPP), Projeto Campo Bom de Bola (PCBB), Projeto Praça Saudável e Projeto Campeões do Futuro (PCF).

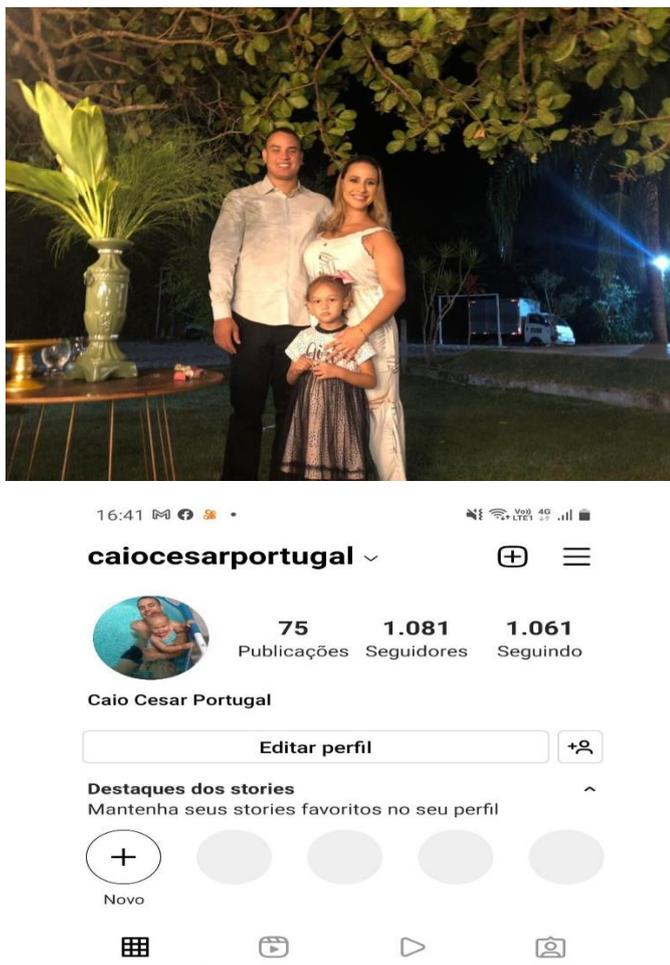
#### **4.2. NETNOGRAFIA SOBRE OS PROJETOS DE EIXO SOCIAL DESENVOLVIDOS PELO PROGRAMA ESTADO PRESENTE EM DEFESA DA VIDA.**

Assim para um maior entendimento sobre a área da proteção social do Programa Estado Presente, é possível realizar dentro do estudo o método netnográfico com os projetos bases do programa.

Portanto foi realizado uma pesquisa dentro das redes sociais do *Facebook.com* e *Instagram.com*, realizando uma busca por # em cada projeto realizado pelo programa, seguindo cada passo sugerido por (KOZINETS, 2014).

Desse modo para dar início a essa nova fase da pesquisa, utilizamos o que é sugerido no entré cultural, por isso foi criada uma conta para cada rede social utilizada para cada pesquisa conforme a figura 5.

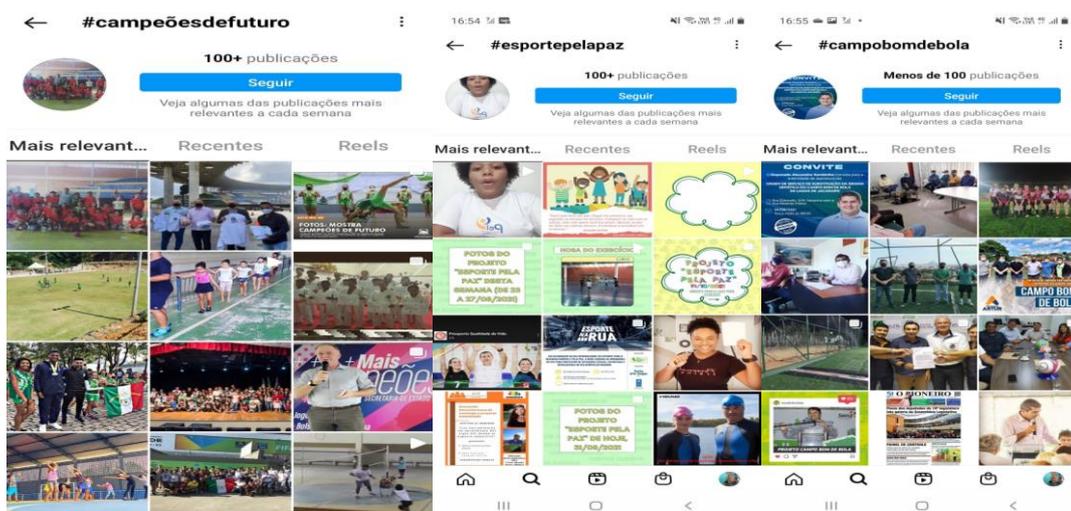
**Figura 5** Contas criadas para ingresso nas plataformas das redes sociais.



Fonte: Extraída do Facebook.

Sequencialmente se inseriram os descritores #esportepelapaz, #campobomdebola, #praçasaudavel, #praçasaudavel #campeoesdefuturo, nas ferramentas de buscas existentes em cada uma das plataformas, conforme alguns exemplos da figura 6.

**Figura 6** Exemplos de parte dos resultados de buscas gerados pelos descritores.



Fonte: Extraída do Instagram.

Em seguida, conforme as orientações de Kozinets (2014), foi realizado o processo de observação, no período de 01 de novembro a 30 de novembro de 2021. Como cada plataforma possui uma interface específica de discussão, iniciou-se o processo de captura e leitura dos resultados. Assim cada resultado encontrado era convertido em Portable Document Format (PDF), conforme figura 7.

**Figura 7** Exemplo de resultado encontrado na plataforma convertido em PDF.



Fonte: Extraída do Instagram.

Dessa forma a pesquisa nos forneceu os seguintes resultados por páginas: Instagram, com #Campeõesdefuturo originou 85 páginas, no Facebook 47 páginas; a #campobomdebola no Instagram gerou 9 páginas e no Facebook 6 páginas; para a



O projeto atende crianças e adolescente com idade entre 16 e 17, com objetivo de proporcionar aos alunos, cultura do esporte, prática esportiva e educação, com o foco na formação do cidadão, melhoria na qualidade de vida e desenvolvimento integral.

É possível observar por meio da nuvem de palavras as palavras “Sesport”, “município” e “material” tais palavras são encontradas devido ao projeto trabalhar em parceria entre prefeituras municipais que oferecem os espaços e os profissionais e a Sesport que oferece todo o material, estagiários e qualificação profissional. Segunda a Secretaria de Estado Esporte e Lazer, atualmente diversas modalidades são ofertadas no programa:

**Tabela 2** Modalidades Esportivas Ofertadas em 2021.

Atletismo	Badminton	Karatê
Basquete	Basquete adaptado	Kickboxing
Beach handebol	Bodyboarding	Luta olímpica
Boxe	Capoeira	Natação
Futebol 7	Futebol de areia	Taekwondo
Futebol de campo	Futevôlei	Tênis de mesa
Futsal	Ginastica rítmica	Vôlei
Goalball	Handebol	Vôlei de praia
Jiu Jitsu	Judô	Xadrez

Tabela elaborada pelo autor

O objetivo do Governo do Estado com o projeto campeões de futuro é inserir o maior número de crianças e adolescente no programa e por isso os núcleos que oferecem tais modalidades são frequentemente avaliados e novos núcleos podem ser implantados.

Por meio da palavra “Parabéns” na nuvem de palavras é possível notar que o projeto vem dando certo e que está sendo notado pela população.

Outro projeto do eixo social é denominado como programa esporte pela paz, que será analisado por meio da figura 6.

**Figura 9** Nuvem de palavras a partir da #esportepelapaz



Fonte: Elaborada pelo autor.

No centro da nuvem de palavras temos o termo “esporte pela paz” que é um programa desenvolvido pela SESPORT, em parceria com instituições privadas, com objetivo de oferecer aulas gratuitas, como meio de prevenção à criminalidade. O programa foi lançado no ano de 2011 e conta com diversas modalidades esportivas para crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos. Desde sua criação já foram implantados 50 núcleos, constituídos por espaços físicos voltados a ocupar o tempo livre das crianças e adolescentes para a prática de atividade esportiva. (FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA, 2015, p. 94).

É possível notar as palavras “esporte”, “oportunidade” “social” que dentro do contexto analisado demonstra que o esporte tem sido utilizado como ferramenta de inclusão social, gerando oportunidade para crianças e adolescentes conforme afirma (VIANNA; LOVISOLO, 2011):

O esporte é um meio importante de socialização por conseguir atingir valores como coletivismo, amizade e solidariedade, que são relevantes para vencer as agruras da pobreza.

Assim podemos chegar até a palavra instituto “mayla venturin” que se encontra na nuvem de palavras, que nos leva aos institutos que são parceiros do programa EPP, que por meio do body boarding, palavra que também podemos encontrar na





O projeto Campo Bom de Bola (PCBB), oferece aos municípios a construção de campos de futebol society com grama sintética, equipados com iluminação e drenagem, possibilitando o uso deste espaço 24 horas por dia, durante todos os dias da semana (ESPIRITO SANTO, 2010).

SECCHI (2017) aponta algumas categorias que influenciam no processo de políticas públicas que são os Atores Governamentais, e os Atores não Governamentais. Dentro da categoria de atores governamentais, podemos destacar os políticos, que quando de posse de seus cargos, são sujeitos legítimos para incentivar e executar políticas públicas voltadas para o PPSE.

Sendo assim na tentativa do Estado em fomentar políticas públicas com o intuito de levar a inclusão social e reduzir o número de violência é possível observar por meio da nuvem de palavras os termos “governo”, “deputado”, “prefeito”, “vereador”, “secretário”, “Vandinho Leite”, “Rafael Favato” e Sergio Vidigal.

Podemos também encontrar os termos “alegria”, “amigo”, “cooperação” “união” que são valores desenvolvidos pelo esporte conforme afirma a pesquisa de Sanches e Rubio, 2011:

[...] desenvolvimento de valores de cooperação, amizade e solidariedade, bem como a capacidade de compartilhar e de superar adversidades (resiliência).

Mesmo sendo necessário a ampliação de políticas públicas voltadas para a redução da violência, o Estado tem visto o esporte como ferramenta eficiente de intervenção, contribuindo para o desenvolvimento físico, moral, emocional e social dos participantes.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim podemos concluir que os PPSE com meio inclusão social e combate à violência tem sido um objeto de pouco interesse de discussão, já que a maioria dos trabalhos de revisão na temática de PSE são relacionados a inclusão social de deficientes.

Entretanto mesmo com a incipiência de estudo sobre o PPSE, temos autores que constituíram trajetórias consolidadas no campo de pesquisa sobre o tema, como: Celi Nelza Zulke Taffarel que desenvolve um projeto de pesquisa na rede CEDES com objetivo de coordenar e executar pesquisas científicas, no âmbito das políticas públicas de esporte e lazer.

Dessa forma foi possível notar que a maioria dos trabalhos publicados foram em forma de artigo original, o que contribui para uma análise mais ampla referente ao objeto de pesquisa, e que o mesmo tem utilizado a entrevista como instrumento de análise dos dados, o que valoriza a narrativa dos sujeitos envolvidos.

Dentro dos resultados encontrados é possível afirmar que os PPSE, contribuem para a inclusão e combate à violência entre crianças e adolescente, resultado este que pode explicar o aumento nos números de programas para tal finalidade, e que vai de encontro com o que afirma, Elias e Dunning (1992), o esporte é uma forma de substituir a violência, e através dos PSE crianças e adolescentes ocupam seu tempo ocioso, protegendo-se assim de diversas formas de violências.

Dessa forma, foi possível ampliar os estudos da presente pesquisa, analisando as leis que fomentam o esporte no país. Pelo qual é possível encontrar o esporte como direito individual e objeto de políticas públicas, como constatado na Carta Internacional de Educação Física e Desporto, adotada pela Unesco em 1978, e a partir desse momento o esporte passa a ser considerado patrimônio cultural da humanidade e visto como direito a ser garantido.

Assim o poder público passa a utilizar como alicerce para a criação de projetos políticos a constituição federal de 1988, que torna o esporte um direito individual, e o Estado passa a ter o dever de fomentar o mesmo. Porém toda essa estrutura, só tomou impulso após a criação do CND, que influenciou diretamente na formulação do esporte no Brasil.

Dentro do Estado do Espírito Santo, podemos dar ênfase O Programa Estado Presente em Defesa da Vida, que tem a intenção de reduzir os índices de criminalidades.

Dentro do programa, podemos destacar na presente pesquisa o eixo de proteção social, que desenvolve programas tanto de natureza preventiva como repressiva, com foco ao universo juvenil, como os programas já citados: Campeões de Futuro, Campo Bom de Bola, Esporte Pela Paz, Praça Saudável, que atendem crianças e adolescentes, com intuito de promover práticas esportivas com o foco na formação do cidadão, melhoria na qualidade de vida e desenvolvimento integral.

Sendo assim é possível concluir que os PPSE, tem se constituído como significativos meios para se propor saídas para os problemas sociais que afetam crianças e adolescentes de áreas vulneráveis e tem se mostrado como ponte de inclusão social, já que traz consigo alguns valores como: solidariedade, cooperação, disciplina e coletivismo, tolerância, respeito e amizade.

Por fim sinaliza-se que a presente pesquisa possibilita outros estudos que busquem problematizar os avanços e retrocessos no que tange a oferta do esporte enquanto objeto de socialização e redução da violência.

## 6. REFERENCIAS

Araújo, C. D; Cândido, D. R. C; Leite, M. F. L. Espaços públicos de lazer: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais. **Rev. Licere**, Belo Horizonte, v. 12, n.4, Dez. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/835/634>>. Acesso em 01 Dez. 2021.

BARBIRATO, F. R. **A socialização no contexto de projetos esportivos**: um estudo de caso na Fundação Gol de Letra. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em:<[http://www.uff.br/pos\\_educacao/joomla/images/stories/Teses/fernandab.pdf](http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/fernandab.pdf)>. Acesso em: 05 Out. 2020.

BENTO, O. J. Do “Homo Sportivus”: Relação Entre Natureza, Cultura e Técnica. **Rev. Brasileira de Educação Física e Esporte**. São Paulo, V.21, n.4, p. 315-330, out./dez. 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16676/18389>> Acesso em: 14 Mai. 2021.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 23 de Abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.672, de 06 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8672-6-julho-1993-349784-norma-pl.html> Acesso em 23 de Abr. de 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19615consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm). Acesso em 23 de Abr. de 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte. Orientações para implantação do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Brasília – DF, 2008.

CANO, I Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. Sur, **Rev. int. direitos human.**, São Paulo , v. 3, n. 5, Dec. 2006 pp. 136-155. ISSN 1983-3342.. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/sur/a/nkKZBphPZCQ3ssHDHwTLN3F/abstract/?lang=pt>>

Acesso em: 24 Nov. 2021.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **IRAMUTEQ**: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v.21, n.2, p. 513-518, dez. 2013.

Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2013000200016](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016)> Acesso em: 20 set. 2021.

CASTELLANI, F. L. O projeto social esporte e lazer da cidade: da elaboração conceitual à sua implementação. In. CASTELLANI FILHO, LINO (ORG). **Gestão pública e política de lazer**: a formação dos agentes sociais. Campinas: Autores associados, 2007.

CAVASINI, Rodrigo. **Projetos Esportivos Sociais Voltados para Jovens**: Um Estudo das Contribuições do Projeto Navegar de Porto Alegre. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16640>>. Acesso em: 05 Out 2020.

CERQUEIRA, D.; DARCY, R. S. N.; COELHO, D. S. C.; LINS, G. O. A. **Uma avaliação de impacto de política de segurança pública**: O programa Estado presente do Espírito Santo. Texto para Discussão, No. 2543, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/240738/1/td-2543.pdf>>. Acesso em 16 novembro de 2021.

CERQUEIRA, D. **Segurança pública no Espírito Santo**: Passado e Futuro. Espírito Santo Anuário A Gazeta 2013. Vitória p. 168-186, 26 jun. 2013.

CORRÊA, A. J. **Financiamento do esporte olímpico brasileiro**: mapeamento inicial do programa “Bolsa-Atleta”. 86f. Monografia (Graduação em Educação Física) – Departamento de Educação Física. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

COSTA E BALESTRERI (ORG). **Segurança pública no Brasil**: um campo de desafios. Salvador: EDUFBA, 2010.

DARIDO, S, C. RANGEL, I, C, A. Educação física na escola – Implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992.

ESPINDOLA, C,C. SAMPAIO, S,T. **Políticas públicas**: análise, avaliação e garantia da efetivação direitos. *Brasilian Journal of Development*. Curitiba, v,5, n. 6. Disponível

em: < <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/1685/1610>>.

Acesso em 01 outubro de 2021.

ESPIRITO SANTO. **Projeto Campo Bom de Bola**. SESPORT. 2010.

\_\_\_\_\_. Governo lança eixo de proteção social do Programa Estado Presente em Defesa da Vida. SESPORT. 2019. Disponível em <<https://sesport.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-lanca-eixo-de-protecao-social-do-programa-estado-presente-em-defesa-da-vida>> Acesso em 17 novembro de 2021.

FARINATTI, Paulo T. Veras. **Criança e atividade física**. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

FARJADO, D. R. A; BARRETO, N. L; FIGUEIREDO, O. S. **Programa Estado Presente em Defesa da Vida**. VII Congresso de Gestão Pública. Brasília, 2014.

FERREIRA, S.P. LIMA, R. S., BESSA, V. **Criminalidade violenta e homicídios em São Paulo**: fatores explicativos e movimentos recentes. In Coleção Segurança com Cidadania/ Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – Ano I, 2009, n 03. Brasília, DF p.11-20.

FILGUEIRA, J. C. M.; PERIM, G. L.; OLIVEIRA, A. A. B. Apresentação. In: OLIVEIRA, A. A. B.; PERIM, G. L. (Org.). **Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo**: da reflexão à prática. Maringá: Eduem, 2009. p. 7-16.

FONSECA, M. A.; MAIA, R. A. J. **A Motivação dos Jovens para a Prática Desportiva Federada**. Lisboa: Centro de Estudos e Formação Desportiva, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA. **Estado presente em defesa da vida**: um novo modelo para segurança pública. Fundação João mangabeira, Brasília, 2015.

Gil, A. 2010. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed., 3 reimpr., São Paulo: Atlas.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN, **Informações Criminais Espírito Santo, Boletim** N° 32, 4° Trimestre de 2020. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/>>. Acesso em: 23 Abril de 2021.

IPEA – **INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA**; FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2018. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

JUNIOR. M.V.A. **Políticas públicas para o esporte**: uma análise do programa segundo tempo no município de Vitória – ES. Dissertação (Mestrado) - Universidade Vila Velha, UVV, Vila Velha, 2013. Disponível em : <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/vi>

ewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\_trabalho=1296338>. Acesso em: 15 Out. 2020.

KOZINETS, R. **Netnografia: a arma secreta dos profissionais de marketing**. 2010. Disponível em: [http://kozinets.net/wp-content/uploads/2010/11/netnografia\\_portugues.pdf](http://kozinets.net/wp-content/uploads/2010/11/netnografia_portugues.pdf) > Acesso em 20 set. 2021.

KOZINETS, R,V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LAKATOS, E, M.; MARCONI, M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIRA, P.S. **Instâncias urbanas e violência: Uma Análise Dialética**. 2006. 173 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.

\_\_\_\_\_. Índice de violência criminalizada (IVC). II CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, n 2, 2009, Brasília, **Anais eletrônicos**. Brasília: CONSAD, 2009. Disponível em: <Microsoft Word - Painel\_62\_Pablo\_Lira\_formatado.doc (consad.org.br)> Acesso em: 24 Nov. 2021.

MACIAS-CHAPULA, C. A. **O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional**. Ciência da Informação, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0100-19651998000200005&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0100-19651998000200005&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em 16 Out. 2020.

MATIAS, W. B.; Athayde, P. F.; Húngaro, E. M. Mascarenhas, F. (2015). A Lei de Incentivo Fiscal e o (Não) direito ao Esporte no Brasil. **Movimento**, v. 21, n. 1. Acesso em 08 Set. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/46419/33335>.

MELO, A. V. Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

Matias, W. B., Athayde, P. F., Húngaro, E. M., & Mascarenhas, F. (2015). A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. **Movimento (ESEF/UFRGS)**, 21(1), 95-110.

MELO, M. P. de. **Esporte social futebol clube: contradições e dilemas em nosso tempo**. Democracia Viva, n. 32, p. 54-58, jun 2007a. Especial Pan 2007. Disponível em: [https://ibase.br/userimages/dv35\\_pan5.pdf](https://ibase.br/userimages/dv35_pan5.pdf). Acesso em: 03 Nov. 2020.

MELO, J. P., DIAS, J.C.N. **Fundamentos do Programa Segundo Tempo: entrelaçamentos do esporte, do desenvolvimento humano, da cultura e da educação.** In: Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática. Maringá: Eduem, 2009.

MISSE, M. Dizer a violência. **Rev. Katálysis**, Florianópolis v. 11 n. 2 p. 165-166 jul/dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/8832/8175>. Acesso em 06 Nov. 2020.

MEZZADRI, F.M. **O Esporte no Brasil Entre as Décadas de 30 – 50 e Suas Influências no Desenvolvimento do Esporte no Estado do Paraná.** In: XXII Simpósio Nacional dos Professores de História, 2003, p. 1-7, João Pessoa. Disponível em:

[https://anpuh.org.br/uploads/anaissimosios/pdf/201901/1548177544\\_7f16fc71f28148fd83d93f6cce1af9f3.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anaissimosios/pdf/201901/1548177544_7f16fc71f28148fd83d93f6cce1af9f3.pdf) Acesso em 28 Nov. 2021.

MEZZADRI, F.M et.al, determinantes para a implantação de um projeto social. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 03, p. 689-700, jul/set, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/motriz/v16n3/a17v16n3.pdf>. Acesso em: 10 Nov. 2020.

MONTARDO, S. P., ROCHA, P. J. Netnografia. Incursões metodológicas na cibercultura. **Revista E-compós**, 2005, v. 4, Brasília. Disponível em: <[http://boston.braslink.com/compos.org.br/e%2Dcompos/adm/documentos/dezembro2005\\_paula\\_sandra.pdf](http://boston.braslink.com/compos.org.br/e%2Dcompos/adm/documentos/dezembro2005_paula_sandra.pdf)>. Acesso em 02/11/2021.

NASCIMENTO, S. do; BEUREN, I. M. Redes sociais na produção científica dos programas de pós-graduação de Ciências Contábeis do Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 1, p. 47-66, 2011. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552011000100004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552011000100004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso 10 Nov. 2020.

NASCIMENTO, E. L. do. **Políticas públicas e esporte educacional: adeus ao atleta na escola?** .2016. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

OLIVEIRA, N. C.D. Violência Homicida no Espírito Santo: Relações de Causalidade e Políticas Públicas. **IV Seminário de Ciências Sociais – PGCS UFES**. Vitória, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/scs/article/view/28719>>. Acesso em: 22 Nov, 2021.

PAULA, A.L.A. **Esporte para jovens acolhidos em abrigos institucionais: Um meio para inclusão social.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4631/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em 25 Out. 2020.

SANCHES, M.S; RUBIO, K. A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência. **Rev. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/ij/ep/a/r6k3NtLmXDhwcRrDLcvWnwq/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 01 Dez. 2021.

SILVA. M.T.M. **A contribuição do esporte para inclusão social de jovens.** Dissertação (Mestrado) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, UNOESC, Joaçaba, 2009. Disponível em: <<http://pergamum.unoesc.edu.br/pergamumweb/vinculos/00001d/00001d27.pdf>>. Acesso em 07 Nov. 2020.

SILVA, O.M. DA; SILVA, C.A.F DA. Desenho da rede de um projeto esportivo social: atores, representações e significados. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v.28, n. 3, p. 415-428, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbefe/v28n3/1807-5509-rbefe-28-03-00415.pdf>>. Acesso em 10 Out. 2020.

SOARES, L. E. **Segurança tem saída.** Rio de Janeiro, Sextante, 2006. SOUZA, S. A. R; et al. Os Programas Segundo tempo e Mais Educação: Uma parceria para a inclusão social por meio do esporte na escola em tempo integral. **FIEP Bulletin** online, v. 83, n. 2, 2013.

SPINAK, E. Indicadores cientométricos. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 141-148, 1998. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19651998000200006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19651998000200006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 05 Out. 2020.

STAREPRAVO, F. A.; MEZZADRI, F. M. Esporte, relações sociais e violências. **Motriz**, Rio Claro, v.9, n.1, p. 49- 52, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/09n1/Starepravo.pdf>. Acesso em 15 Nov. 2020.

SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise e casos práticos. Cengage, São Paulo, 2013.

THOMASSIM, L. E. C. **O "público-alvo" nos bastidores da política:** um estudo sobre o cotidiano de crianças e adolescentes que participam de projetos sociais esportivos. 296 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós-graduação em Ciência do Movimento Humano, Universidade Federal do rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/168844>. Acesso em 20 Out. 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/2335/0>. Acesso em: 10 Nov. 2020.

TUBINO, Manoel José Gomes. **Dimensões Sociais do Esporte.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2011.** Os Jovens no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

YIN. R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso:** Juventude e política social. Rio de Janeiro: Escuta, 1994.

ZANOTELLI, C. L. et al. **Atlas da criminalidade no Espírito Santo.** São Paulo: Annablume, Fundação de Amparo à pesquisa do Espírito Santo- Fapes, 2011.

YIN. R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

## APÊNDICES

**APÊNDICE A** – Roteiro de entrevista do podcast Esporte socialcast, a visão do coordenador / responsável por gerir um projeto social esportivo. **Episódio 1.**

1. Jaqueline gostaria que você se apresentasse aos ouvintes, falasse um pouco sobre o projeto o projeto REAME e á quanto tempo você trabalha aqui.
2. Quais as suas atividades e responsabilidades aqui no REAME?
3. Quais os principais objetivos do projeto?
4. Que tipo de parcerias vocês tem conseguindo para o desenvolvimento do projeto?
5. Como se dão estas parcerias?
6. Como é o contato entre os parceiros?
7. Em sua opinião, qual a importância deste projeto na vida das crianças?
8. E na vida de seus responsáveis?
9. Você acha que as crianças vêm aqui neste projeto em específico por quê?
10. Você tem alguma ideia do que as crianças pensam do projeto?
11. Você tem alguma ideia sobre o que os pais pensam sobre a participação das crianças no projeto?

Link de acesso: <https://anchor.fm/caioportugal/episodes/Episdio-1-A-viso-do-coordenador-do-projeto-social-e1eco9e>

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista do podcast Esporte socialcast, a visão do aluno participante de projeto social esportivo. Episódio 2**

1. Jeniffer se apresente ao público, e conte um pouco da sua história.
2. O que te levou a entrar no projeto?
3. Você consegue descrever aos ouvintes como era o seu comportamento com os seus familiares antes da entrada no projeto?
4. O que você percebe que mudou após a entrada ao projeto?
5. Gostaria que você nos falasse um pouco do seu relacionamento com os seus amigos antes de entrar no projeto e o que mudou após entrada no mesmo.
6. Antes de entrar no projeto o que você fazia fora do horário das aulas?
7. Como eram suas notas escolares antes do projeto?
8. E o que mudou após a sua entrada ao projeto?
9. Durante o tempo em que você está no projeto já teve algum caso de briga/agressividade na escola ou em casa?
10. Qual a importância do projeto na sua vida e na vida de outras crianças?

Link de acesso: <https://anchor.fm/caioportugal/episodes/Episdio-2--Viso-do-aluno-do-projeto-social-Reame-e1g1q6n>

**APÊNDICE C** – Roteiro de entrevista do podcast Esporte socialcast, a visão do pesquisador sobre pesquisas na área de projeto social esportivo. **Episódio 3.**

1. Professor Murilo, seja bem-vindo ao nosso esporte socialcast. Gostaria que o você se apresentasse aos nossos ouvintes, falando um pouco da sua trajetória academia.
2. Você é formado em educação física e tem feito algumas pesquisas na área do esporte. Como você enxerga o esporte como ferramenta de inclusão e diminuição da violência?
3. Hoje temos várias pesquisas sobre esporte como ferramenta de inclusão para deficientes. Porém poucas pesquisas que trazem o esporte no sentido do projeto social esportivo. Qual a importância em trazer pesquisas voltada para esse público?
4. Hoje temos vários grupos de estudos que pesquisam sobre o esporte ou sobre políticas públicas, você conhece algum grupo de estudo ou alguma faculdade com programas voltado para o estudo de políticas públicas utilizando o esporte como ferramenta?
5. Sabemos que nem todo projeto político trás o resultado esperado. Como a pesquisa pode contribuir para a criação de novas políticas públicas?
6. Cientificamente falando, é possível afirmar que o esporte tem o poder de tirar as crianças e adolescente da marginalização?
7. Os projetos esportivos têm como objetivo, redução da violência e de inclusão social. Você acredita que essa violência é reduzida pelo fato dos participantes ao invés de estarem nas ruas estão praticando esportes, ou porque o esporte é uma ferramenta eficaz que pode mudar a vida dos participantes?
8. Tubino dividi o esporte em 3 dimensões. Participação, Rendimento e Educacional. Você acha possível dentro dos projetos esportivos social, ter o olhar para as 3 dimensões do esporte?
9. Muitos desses participantes são de áreas vulneráveis, e sonham e poder ter uma vida melhor, por meio do esporte. O que vocês pesquisadores acham de políticas públicas, voltadas para o esporte rendimento? Como por exemplo a Lei de incentivo ao esporte.
10. Qual conselho você daria para quem tem o interesse em pesquisar sobre o tema? E quais os cuidados a serem tomados?

Link:

[https://open.spotify.com/episode/62mZd64rw9rQPhz3jwPCTb?si=2wEkHSm5SWWRPUzb87u4Nw&utm\\_source=whatsapp](https://open.spotify.com/episode/62mZd64rw9rQPhz3jwPCTb?si=2wEkHSm5SWWRPUzb87u4Nw&utm_source=whatsapp)